



RELATÓRIO E CONTAS

2014



*“Enquanto o poço não seca,
não sabemos dar valor à água.”*

Thomas Fuller
1608



Índice

I – INTRODUÇÃO	7
II - ÁREAS DE ACTIVIDADE.....	8
1 - O sistema de abastecimento de água	8
2 - O sistema de drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais.....	11
3 – O sistema de tratamento de águas residuais urbanas.....	11
4 – Limpeza pública	12
5 - Recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos	13
6 - Parques e Jardins.....	14
III - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	16
1 - Activo	16
2 - Passivo	19
3 – Capital Próprio.....	20
4 – Rendimentos	21
5 – Gastos.....	24
6 – Resultado do Exercício.....	27
7 - Rácios e Indicadores.....	28
IV – ÁREA COMERCIAL.....	29
V- OUTROS DADOS.....	32
VI - OBJECTIVOS PARA 2015	37
VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
VIII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	39
IX – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	40
X – CERTIFICAÇÃO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	40



Órgãos Sociais

Assembleia-Geral:

- David António Esteves Fontes Neves – Presidente da Mesa;
- Filipa Pinto Basto de Sousa Macedo Ravasco Mendes – Secretária, desde 01/01/2014 até 14/02/2014;
- Júlio Manuel Sousa Costa – Secretário, desde 14/02/2014.

Conselho de Administração:

Desde 01/01/2014 até 24/02/2014:

- José António Afonso Calmeiro – Presidente executivo;
- António José Lobo Guerra – Vogal executivo;
- José Curto Pereirinha – Vogal não executivo.

A partir de 24/02/2014:

- Carlos do Carmo Martins –Presidente;
- João Carlos Izidoro Marques – Vogal Executivo
- José Miguel Ribeiro Oliveira – Vogal Executivo

Fiscal Único:

- Cruz Martins, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda, representada por João Alberto da Cruz Martins;
- F. Pega Magro, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda, representada por Fernando José Pega Magro – Fiscal único suplente.



Mensagem do Conselho de Administração

Com a nomeação do presente Conselho de Administração em Fevereiro, o ano de 2014 ficou marcado por alterações importantes no quadro da ADC - Águas da Covilhã, E.M. Apostados em inverter um estado de estagnação tecnológica e operacional do qual a empresa não descolava e pretendendo alcançar ganhos de eficiência e eficácia que tivessem expressão do ponto de vista dos indicadores de gestão, este conselho de administração, consciente das dificuldades económico-financeiras que o País no geral e o conselho em particular atravessam, e tendo em conta o objeto da própria empresa, definiu desde o início objetivos muito claros: a gestão pela eficiência, com combate ao desperdício, e o aumento da capacidade operacional da empresa.

A ADC – Águas da Covilhã, EM, enquanto empresa pública do sector empresarial local deve prosseguir o interesse público, prestando serviços de excelência, com autonomia e ao mais baixo custo, nas áreas que constituem o seu *Core Business*: abastecimento de água; recolha de resíduos e limpeza urbana; recolha e tratamento de águas residuais; e o tratamento dos Jardins da cidade da Covilhã.

A autonomia na execução das atividades basilares foi colocada em causa com a implementação de uma política de externalização abusiva. Com recurso à contratação de prestações de serviços em detrimento da sua execução interna, a ADC ficou operacionalmente reduzida aos seus serviços administrativos, a alguns serviços operacionais de recolha de resíduos, intervenções ao nível do saneamento e do abastecimento de água apenas na cidade da Covilhã. Para além desta delicada dependência externa, estando a empresa sujeita à efetiva execução dos serviços por parte de terceiros, a externalização dos serviços promoveu a transferência de fluxos financeiros, para entidades privadas, necessários à realização de investimentos de modernização e inovação, à formação e à especialização de equipas internas.

Assim perante este leve diagnóstico é importante colocar em evidência algumas das iniciativas levadas a cabo por forma a, por um lado mitigar os efeitos menos positivos da política que estava a ser seguida e por outro inverter o *status quo*, onde importa referir as seguintes:



- a) No capítulo das prestações de serviços externas esta administração:
- Terminou com duas prestações de serviços na área dos espaços verdes e jardins, optando pela internalização do serviço com a contratação de 13 colaboradores e aquisição de equipamentos, tendo-se registado ganhos significativos para a empresa não só do ponto de vista financeiro, como poderá ser apreciado neste relatório, mas também do ponto de vista do serviço que era prestado, uma vez que se ganhou uma capacidade operacional significativa que permitiu intervenções em espaços e áreas da nossa cidade que há muito tempo clamavam por ser intervencionados.
 - Restruturou a prestação de serviço da zona norte e sul para uma só tendo obtido ganhos também significativos, apesar de nesta prestação concretamente, existir margem para que a componente de qualidade de água venha a ser internalizada pela empresa no decorrer do ano 2015.
 - Encontra-se neste momento a estudar a possibilidade de prescindir da prestação de serviço dos cantoneiros de limpeza, colmatando o serviço com contratação de pessoal e investimento em meios mecânicos de limpeza.
 - Restruturou as duas prestações de serviço ao nível de colocação e cortes de contadores numa só, permitindo ganhar escala e minimizar custos.
 - Alterou a forma como esta empresa adquiria contadores, potenciando desta maneira as propostas que apareceram a concurso o que representou uma diminuição significativa do valor da sua aquisição.
- b) O estado em que algumas infraestruturas foram encontradas não podia continuar. Assim foram efetuadas diversas intervenções de reabilitação de inúmeras infraestruturas, desde reservatórios, fossas sépticas, condutas, órgãos de manobra, entre outros. Foram também efetuadas intervenções nas próprias instalações, onde destacamos a reabilitação do edifício do viveiro municipal, balneários e instalações dos trabalhadores no PIC, com objetivo de promover a qualidade de vida no trabalho, para utentes e colaboradores.
- c) A ausência de um sistema de telegestão/telemetria funcional e acessível obrigava a uma sobrecarga operacional com necessidade de rotas extremamente exigentes quer do ponto de vista humano quer do ponto de vista dos equipamentos. Assim foi aposta desta administração realizar investimento nesta componente adquirindo por um lado e melhorando por outro os mecanismos de controlo, informação e avaliação de qualidade da água nos vários reservatórios.



- d) A modernização e o investimento não passou apenas pelas infraestruturas físicas da empresa mas também foram feitos investimentos importantes ao nível de computadores, equipamentos de impressão e digitalização que permitiram não só reduzir custos como reduzir a componente do papel dentro da empresa, passando a correspondência e o respetivo *work-flow* a ser registado em plataforma própria para o efeito. Esta alteração para além de ter contribuído decisivamente para um ganho de eficiência nos processos internos da empresa potenciou o controlo e a respetiva resposta a todas as solicitações que nos foram chegando.
- e) Aposta clara na gestão de reclamações, com foco especial no atendimento ao cliente, valorizando as suas reclamações e garantindo resposta atempada.
- f) Reformulação e definição de inúmeros procedimentos internos, dada a sua quase inexistência, como base preparatória para a implementação de um SGQ. Neste ponto realçar os procedimentos de fiscalização/contraordenação, gestão de reclamações, tratamento de correspondência, cálculo do balanço hídrico, aprovisionamento e compras, etc..
- g) O importante investimento realizado em viaturas e equipamentos necessários à efetiva realização dos trabalhos, tais como: viatura todo-terreno para operadores, três carrinhas de trabalho, retroescavadora, equipamento de deteção de fugas de água, tratores e máquinas corta relvas, entre outros.
- h) A cultura organizacional foi alvo de particular atenção e tratamento durante o presente ano, considerando-se a sua especial importância no desempenho e produtividade dos colaboradores. Para atingir este desiderato foram trabalhadas por um lado as componentes da aptidão e motivação dos colaboradores através da aposta na formação e especialização, no reconhecimento e o seu envolvimento nos processos de decisão e por outro a elevação dos valores organizacionais da empresa.
- i) Elaboração do “Plano de combate a Perdas de Água e Energia 2017”, no âmbito da participação da ADC no programa colaborativo do Iperdas, com o LNEC e outras entidades gestoras. Este plano pretende nortear a empresa nos próximos 5 anos, num princípio de melhoria contínua, ao nível da redução de perdas de água e no aumento da eficiência energética.

Ao nível económico-financeiro o ano de 2014 refletiu o esforço das medidas implementadas, traduzindo-se no maior resultado líquido do exercício dos últimos 5 anos, num total de € 1.042.938,31, que representou um acréscimo de 30,71% face a 2013, com a respetiva melhoria ou estabilização dos rácios e indicadores. Esta variação não se deveu ao aumento de



rendimentos, tendo estes decrescido, mas sim à diminuição dos gastos em 2,48% face a 2013, num total de 269.795,24 euros. Importa realçar, contudo, a importância do valor em clientes e outras contas a receber, num total de 1.555.208,37 euros e de 3.690.065,00 euros, respetivamente, uma vez que se encontram por liquidar, não contribuindo favoravelmente para a liquidez da empresa.

Face às medidas implementadas e aos resultados alcançados, é nítido que os objetivos estratégicos definidos pela administração trarão, a médio-longo prazo, além de maior estabilidade económico-financeira, maior autonomia e independência operacional e contribuirão para prestação de um melhor serviço, a um menor custo, aos Covilhanenses.

O Conselho de Administração,

Carlos do Carmo Martins (Presidente do Conselho de Administração)

João Carlos Izidoro Marques (Administrador Executivo)

José Miguel Ribeiro Oliveira (Administrador Executivo)



I – INTRODUÇÃO

No cumprimento do disposto na alínea d) do artigo 42º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, e na alínea s), do nº 3, do artigo 11º dos Estatutos, o Conselho de Administração apresenta o relatório e contas do exercício de 2014, bem como a proposta de aplicação de resultados.

O presente relatório e contas é, ainda, acompanhado da Certificação e Parecer do Fiscal Único.

A ADC – Águas da Covilhã, E.M., é uma empresa pública municipal, constituída em 1 de Abril de 2006, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto (Lei das Empresas Municipais), com o número único 507611977 de pessoa coletiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial da Covilhã, com sede na Rua Ruy Faleiro, Apartado 38, 6201-999 Covilhã, que, por delegação do Município da Covilhã, faz a gestão e exploração dos serviços municipais do ambiente e que tem como atividade principal a Distribuição de Água (CAE 36002).

Em 23 de Junho de 2008, por via de uma operação de cisão, o capital social foi reduzido para 9.000.000 euros. Nesta operação foram destacadas da empresa as infraestruturas de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e espaços verdes.

A 10 de Julho de 2008, foi assinado um contrato entre o Município da Covilhã e a AGS – HIDURBE Serviços Ambientais, SA., cedendo, o Município da Covilhã à AGS – HIDURBE Serviços Ambientais, SA., 49% do capital estatutário da ADC – Águas da Covilhã, EM.

Em Janeiro de 2009, foi deliberado pelo Município da Covilhã, proceder ao parqueamento da participação social de 51% do capital social da ADC – Águas da Covilhã, EM na ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EEM, com capital 100% do Município da Covilhã.



II - ÁREAS DE ACTIVIDADE

A Empresa tem como objeto exclusivo, por delegação do Município da Covilhã, nos termos da deliberação da respetiva Assembleia Municipal de 23 de Dezembro de 2005 e nos termos do nº 1 do artigo 20º e do artigo 45º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, a gestão e exploração, em regime de exclusividade, dos serviços municipais do ambiente, na área do Município da Covilhã, nomeadamente:

- do abastecimento de água;
- da drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais;
- do tratamento de águas residuais urbanas;
- da limpeza pública;
- da recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos;
- dos parques e jardins.

Os diversos sectores da empresa, água, saneamento e resíduos urbanos, têm atualmente uma dependência excessiva de prestações de serviços externas, que resultam da opção de gestão implementada nos últimos anos - externalização dos serviços (outsourcing). Em antítese, foi tomada a decisão estratégica, de internalizar o serviço de espaços verdes já em 2014, com o objetivo de otimização dos resultados operacionais e a racionalização de custos.

Neste capítulo é nossa firme convicção que a externalização dos serviços não pode por em causa a operacionalidade da empresa, existindo sectores fundamentais tais como o controlo da qualidade de água que deverão ser internalizados.

1 - O sistema de abastecimento de água

No que respeita ao abastecimento de água, os objetivos que nortearam a atividade da ADC, EM, em 2014, foram os de garantir o normal abastecimento de água para consumo humano, com fiabilidade e com a qualidade adequada.

O abastecimento de água no concelho da Covilhã é feito através de 12 sistemas em baixa: 9 geridos pela ADC e 3 geridos pelas respetivas Juntas de Freguesia de Cortes do Meio, Erada e Unhais da Serra.

Os sistemas da ADC abastecem 95% da população concelhia. O maior sistema de abastecimento tem como captação principal a Albufeira da Cova do Viriato e fornece água a 84% dos habitantes do concelho. Os outros sistemas dependem de captações de água subterrâneas: poços e minas.



Em 2014 o volume de água distribuído, medido à saída dos reservatórios de distribuição foi de 3.368.207 m³ sendo 32% de origem superficial e 68% de origem subterrânea.

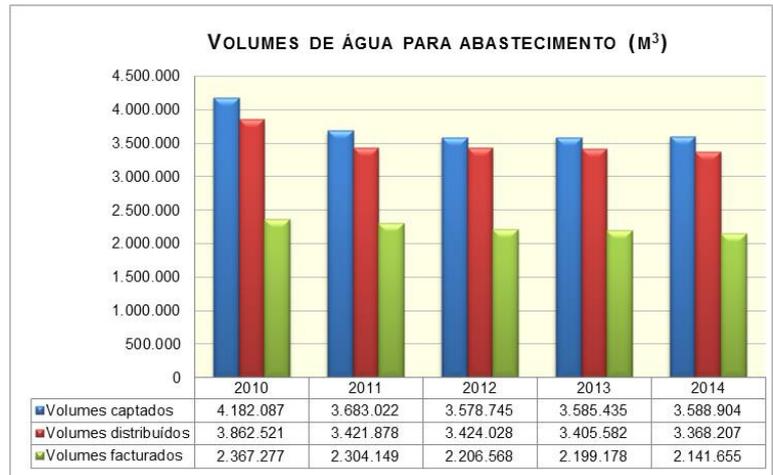
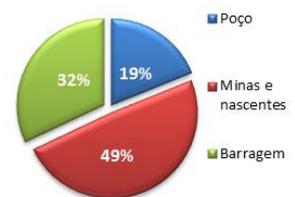
Toda a água captada para abastecimento da população beneficia de tratamentos físico-químicos, de forma a assegurar a sua potabilidade. A desinfecção da água é garantida pelas 32 instalações de tratamento, que funcionam como reforço.

A regularidade do fornecimento da água é assegurada por 64 reservatórios, que possuem uma capacidade total de armazenamento de 25.389 m³.

A ADC é responsável pela exploração e manutenção de 9 sistemas públicos de abastecimento de água no concelho da Covilhã que no total englobam 23 zonas de abastecimento para as quais é elaborado, anualmente um programa de qualidade de água (PCQA) sujeito à aprovação da ERSAR.

Em relação ao cumprimento do PCQA, e à semelhança dos anos anteriores, foram executadas

CAPTAÇÃO 2014

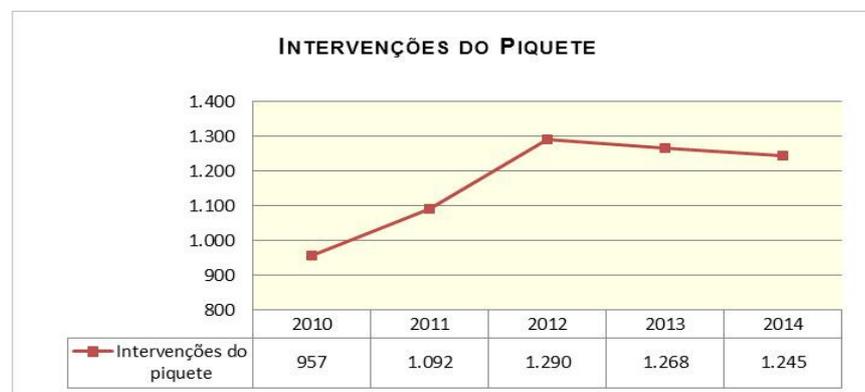
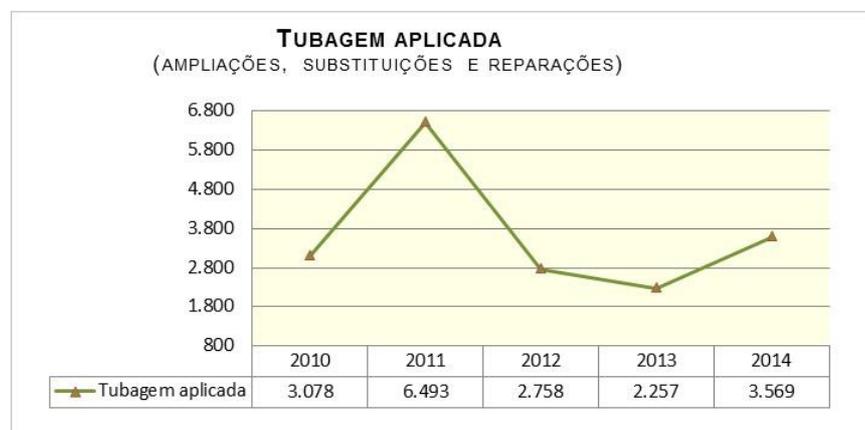
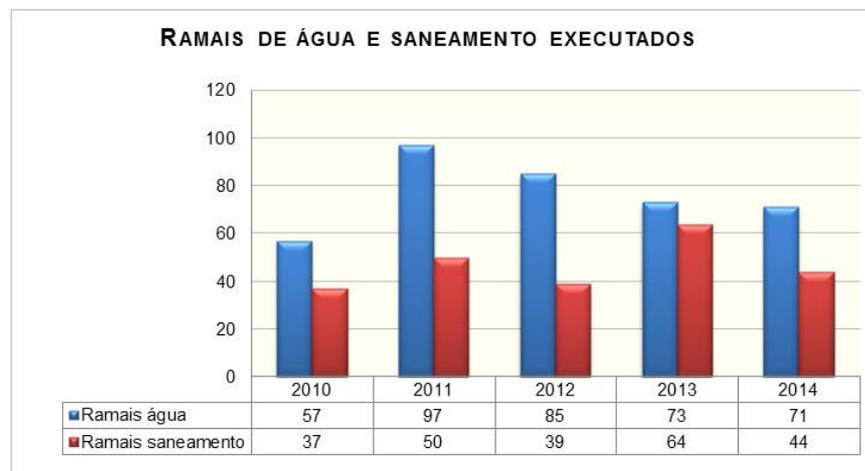


todas as análises previstas representando assim uma taxa de execução de 100%, sendo de 99,91% a percentagem de análises realizadas com cumprimento do valor paramétrico.

* - Inclui os parâmetros conservativos da Alta (dados de acordo com a ERSAR).



Durante o ano de 2014, no seguimento da participação da ADC no programa lperdas, em parceria com o LNEC, foi possível caracterizar 29 áreas de análise, com base numa matriz de indicadores, que possibilitaram um estudo mais pormenorizado, identificando os sistemas com menor desempenho. Este trabalho compilado num relatório intitulado “Plano de gestão de perdas de água e energia” servirá de base para definir os investimentos e intervenções mais urgentes a nível dos referidos sistemas, no sentido de reduzir significativamente a percentagem de água não faturada, que no ano de 2014, representou a média de 36,4% no total do sistema de abastecimento.

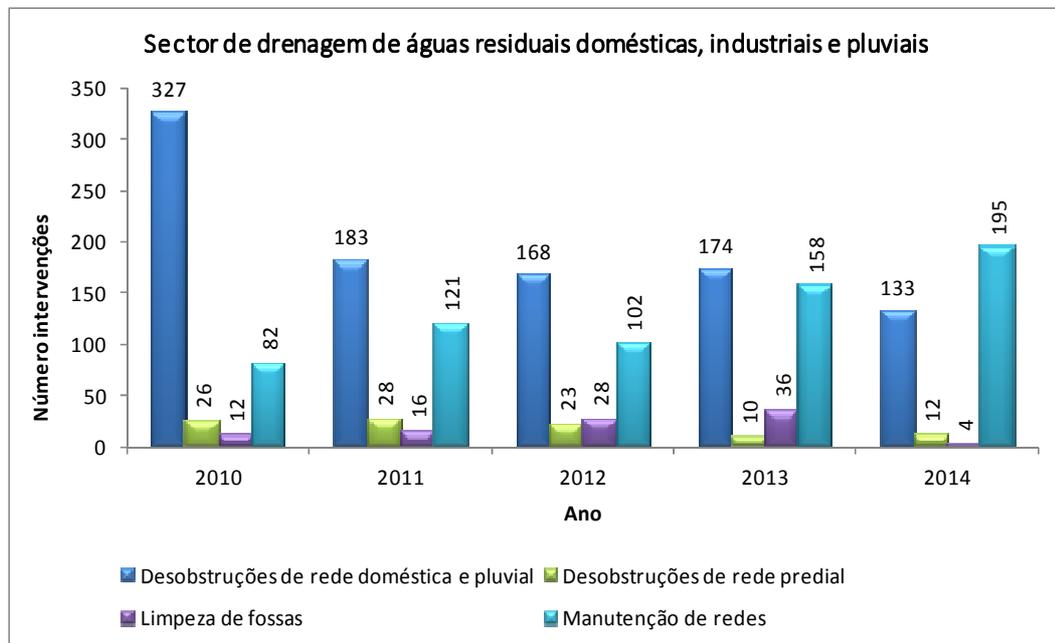




2 - O sistema de drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais

A atividade deste sector consiste na:

- Desobstrução de redes públicas de drenagem de esgoto doméstico e/ou pluvial;
- Limpeza de fossas sépticas;
- Reparação de caixas de visita ou de ramais e subida das mesmas ao nível do pavimento;
- Reparação ou substituição das tampas das caixas de visita e ramal;
- Construção de coletores e ramais;
- Reparação de sarjetas ou sumidouros;
- Manutenção das 9 estações elevatórias e do tamisador nas Penhas da Saúde.



3 – O sistema de tratamento de águas residuais urbanas

Em Abril de 2005, foi concessionado o serviço de saneamento em alta à Águas da Serra, S.A., pelo período de 30 anos, com base nas condições estipuladas num contrato aceite entre o Município da Covilhã e a referida empresa.

A cláusula que define o tarifário e a faturação do serviço tem por base a evolução progressiva da tarifa (de acordo com o anexo VI do respetivo contrato de concessão) e a evolução dos caudais num incremento anual de 0,5% (de acordo com o anexo VII do referido contrato de concessão). O preço do serviço corresponde ao resultado da multiplicação dos caudais estimados de água com o valor da respetiva tarifa, sujeita a revisão anual com base numa fórmula que integra o IPC – índice de preço ao consumidor.

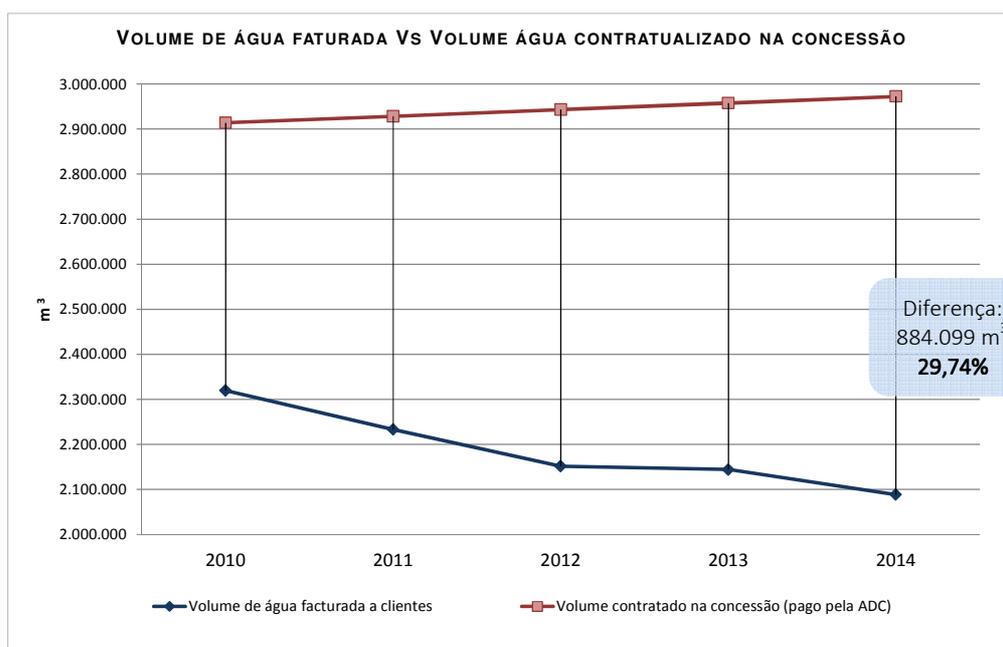


Facilmente se verifica uma discrepância acentuada entre o modelo base, que serviu de pressuposto para o referido contrato de concessão e a realidade dos números, conforme se comprova no quadro abaixo.

É intenção deste Conselho de Administração, colocar em discussão entre o atual executivo camarário e a ADS – Águas da Serra, S.A., a revisão do contrato, para que os pressupostos sejam corrigidos para valores mais próximos dos reais.

Comparativo volume água factura Vs Volume de água contratualizado na concessão (m³)

	2010	2011	2012	2013	2014
Volume de água facturada a clientes	2.319.403	2.232.997	2.151.271	2.144.270	2.088.599
Volume contratado na concessão (pago pela ADC)	2.913.980	2.928.550	2.943.192	2.957.908	2.972.698
Diferença	-594.577	-695.553	-791.921	-813.638	-884.099



4 – Limpeza pública

As tarefas diárias consistem na:

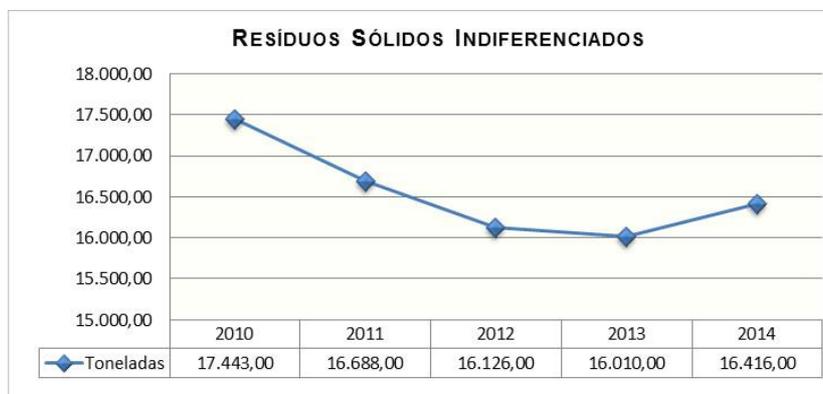
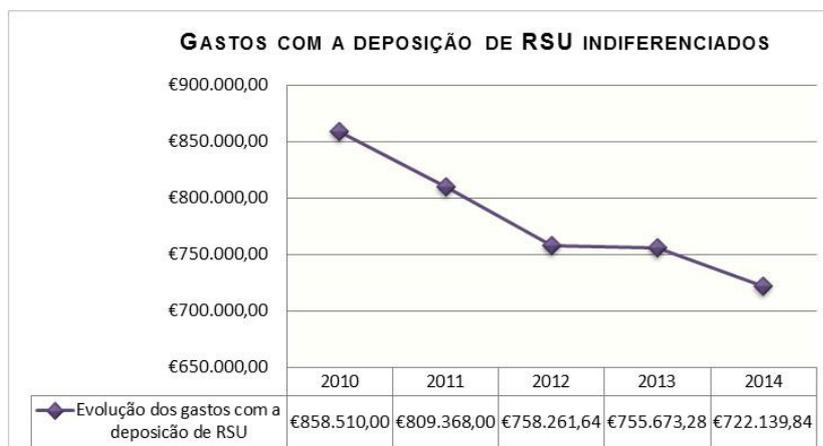
- Limpeza de valetas e desobstrução de sarjetas;
- Corte de arbustos e silvas em taludes;
- Lavagem de passeios e arruamentos;
- Remoção de cartazes publicitários afixados;
- Desratização e desbaratização na cidade.



5 - Recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos

As tarefas diárias consistem na:

- Recolha indiferenciada de Resíduos Urbanos;
- Recolha selectiva de materiais recuperáveis e de objectos volumosos fora de uso, vulgo “monstros”;
- Reparação, substituição e lavagem de contentores;
- Fiscalização das descargas ilegais de resíduos;



No ano de 2014 foram depositadas 16.640 toneladas de resíduos sólidos indiferenciados com um gasto efetivo, suportado pela ADC, num total de 722.176,00 euros, com IVA, faturados pela RESIESTRELA, SA. A redução do custo unitário com a deposição permitiu que houvesse uma redução do gasto com este serviço, apesar de se ter verificado um acréscimo de toneladas depositadas.

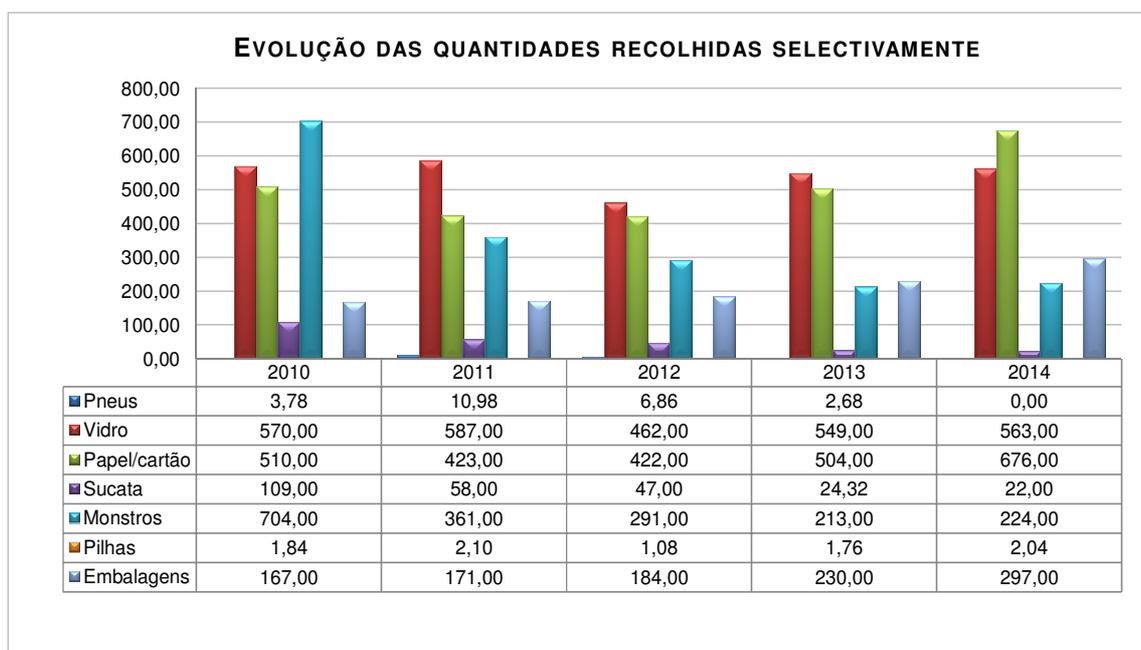
Evolução dos gastos com a deposição de RSU

Ano	RSU		Total(€)
	ton/ano	€/ton	
2010	5.631,18	50,72	285.613,45
	11.812,30	48,50	572.896,55
2011	16.688,00	48,50	809.368,00
2012	16.126,36	47,02	758.261,64
2013	16.217,00	46,60	755.673,28
2014	16.640,00	43,40	722.176,00

Estes valores são com IVA incluído



Desde Fevereiro de 2013 que a recolha seletiva é feita pela RESIESTRELA, SA. Importa realçar que a reciclagem continua a ser uma preocupação para a ADC, pelo que já em 2014 foram realizadas ações conjuntas que serão intensificadas no decorrer do ano de 2015, promovendo assim esta empresa municipal a diminuição da quantidade de RSU que vai para deposição.



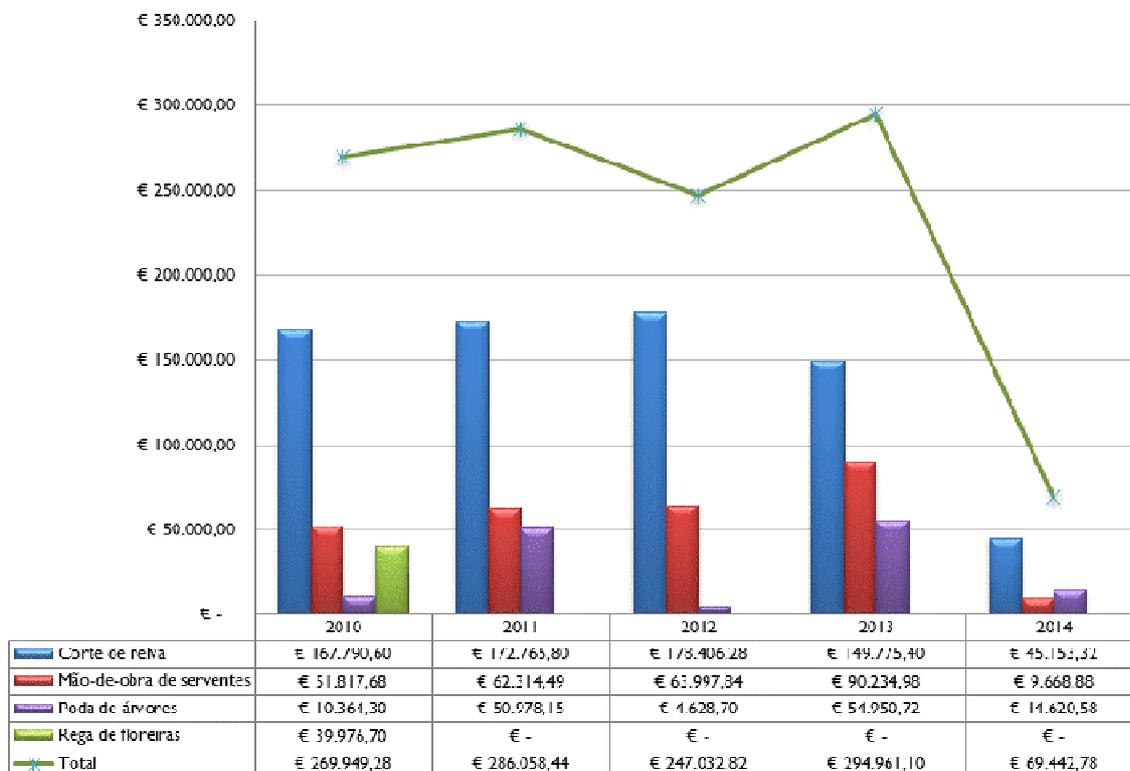
6 - Parques e Jardins

A atividade desta área traduz-se na requalificação e manutenção de espaços públicos, incluindo a rega com água não tratada, que passa pela manutenção de poços/reservatórios e da respetiva rede de distribuição. O Viveiro Municipal produz espécies utilizadas nos espaços verdes do concelho.

A diminuição do valor das prestações de serviços com este sector, justifica-se pela decisão do Conselho de Administração de, em substituição de serviços em outsourcing, optar pela contratação de pessoal para realização dos trabalhos acima referidos por administração direta. Esta decisão refletiu-se quer em termos de gastos diretos do setor, com redução de 117.702,53 euros, quer ao nível do número de intervenções realizadas, com especial ênfase em limpeza e manutenção de diversos locais que há muito que não eram intervencionados, tal como a realização de podas na cidade.



PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DO SECTOR PARQUES E JARDINS



GASTOS DIRECTOS ANUAIS SECTOR PARQUES E JARDINS





III - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

1 – Ativo

a) Ativo não Corrente

Ativos fixos tangíveis e intangíveis

No decorrer do ano de 2014 foram realizados investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis no montante de 171.254,62 euros, destacando-se os seguintes:

Investimento realizado				
	2014	2013	2012	2011
Ampliação/Remodelação de redes de água	€ -	€ -	€ 37.782,36	€ 70.201,00
Ampliação/Remodelação de redes de águas residuais	€ 13.003,25	€ -	€ -	€ -
Conservação e equipamentos reservatórios	€ 2.180,00	€ -	€ -	€ 6.372,00
Edif. Serviços operativos - PIC	€ -	€ -	€ 77.443,00	€ -
Viveiro municipal	€ 8.622,42	€ -	€ -	€ -
Equipamento de transporte	€ 84.171,30	€ -	€ -	€ 23.853,00
Contadores	€ 25.701,90	€ 27.838,79	€ 30.235,38	€ 33.461,00
Equipamentos RSU's	€ 4.000,00	€ 6.413,13	€ -	€ 6.351,00
Programas de computador	€ 10.563,11	€ 80,00	€ 12.965,79	€ 14.220,00
Outros investimentos	€ 23.012,64	€ 6.132,63	€ 18.744,92	€ 13.108,00
Total	€ 171.254,62	€ 40.464,55	€ 177.171,45	€ 167.566,00

O ano de 2014 foi marcado por uma nítida inversão ao nível do investimento realizado, representando um valor de 423% face ao realizado em 2013. Desde 2010 que se verifica uma baixa taxa de execução orçamental na rúbrica dos investimentos, contudo, ainda assim, em 2014 observou-se a melhor taxa de execução dos últimos 5 anos, situada nos 23%.

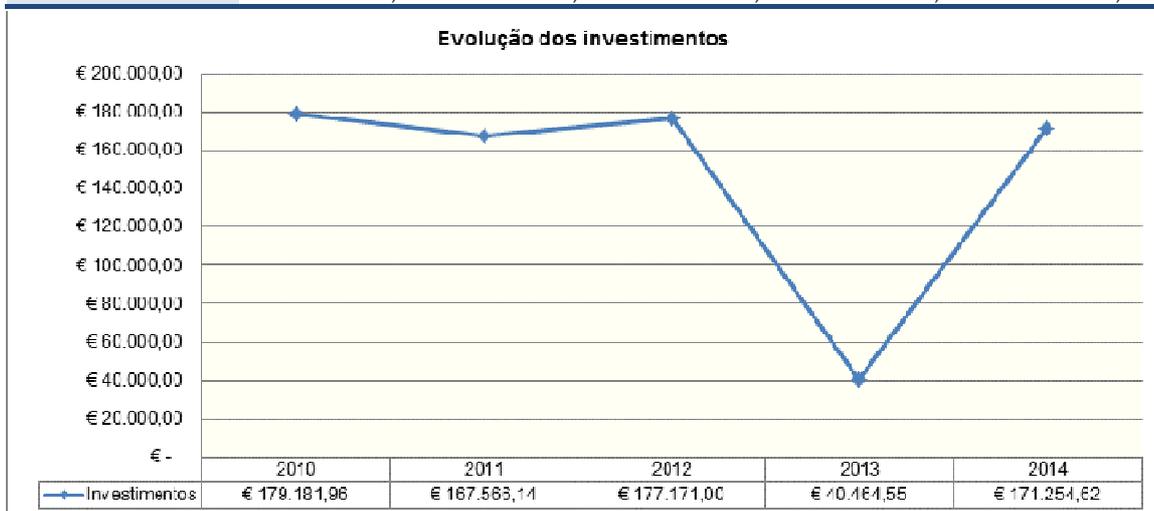
Os investimentos realizados em 2014 contribuíram para a manutenção da fiabilidade e para o aumento da independência nos serviços prestados, bem como para a adequação dos meios à atividade da empresa. Destacamos intervenções em reservatórios e condutas, aquisição de meios de transporte e retroescavadora, obras de melhoramento e adequação em balneários e locais utilizados por colaboradores, modernização dos sistemas de impressão, digitalização e de comunicações, modernização do parque de computadores, telegestão/telemetria, melhoramento da plataforma de gestão de correspondência já existente, entre outros.

Contudo, entende a administração que 2014 serviu como ano de análise para avaliação de investimentos estratégicos para a empresa e que pretende levar a cabo a partir de 2015.



Evolução dos Investimentos

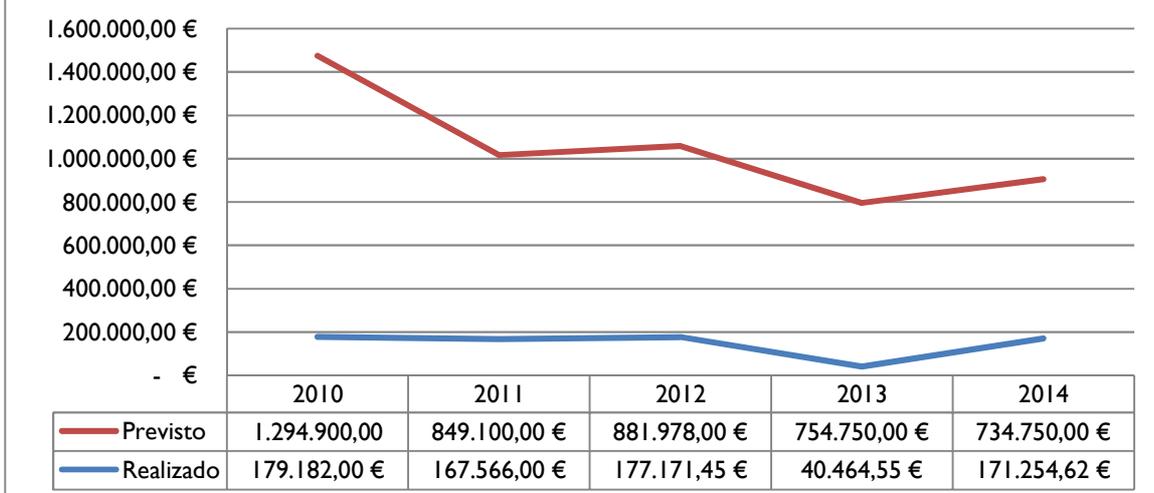
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Investimentos	€ 179.181,96	€ 167.566,14	€ 177.171,00	€ 40.464,55	€ 171.254,62



Evolução da execução do PPI

	2010	2011	2012	2013	2014
Realizado	€ 179.182,00	€ 167.566,00	€ 177.171,45	€ 40.464,55	€ 171.254,62
Previsto	€ 1.294.900,00	€ 849.100,00	€ 881.978,00	€ 754.750,00	€ 734.750,00
Desvio	-€ 1.115.718,00	-€ 681.534,00	-€ 704.806,55	-€ 714.285,45	-€ 563.495,38
Taxa Execução	13,84%	19,73%	20,09%	5,36%	23,31%

Evolução da execução do PPI





b) Ativo Corrente

Inventários

As existências de materiais apresentavam no final de 2014 um valor de 256.010,54 euros, destacando-se as matérias-primas para o sector da água com 180.634,29 euros e as matérias-primas de saneamento com 40.473,71 euros.

As perdas por imparidade nos inventários registavam, à data de 31 de Dezembro, o montante de 25.894,07 euros.

Clientes

O valor das dívidas de clientes apresentava a 31 de Dezembro de 2014 um saldo de 1.555.208,37 euros, sendo 944.218,36 euros de clientes da faturação de água e de prestações de serviços e 610.990,01 euros referentes a clientes de cobrança duvidosa, para os quais está contabilizada uma perda por imparidade de igual montante.

Outras contas a receber

O valor de 6.401.942,97 euros apresentado no Balanço, respeita fundamentalmente à contabilização na rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos”, dos subsídios à exploração devidos pelo Município da Covilhã, e respeitantes aos anos de 2010, 2012, 2013 e 2014, no montante global de 3.690.065,00 euros, e ainda ao registo do valor de 2.145.000 euros relativos à compensação do valor a receber da ADS -Águas da Serra, SA, por via da antecipação da totalidade dos dividendos, no montante global atualizado de 2.145.000 euros, a receber pelo Município da Covilhã (por deter 30% do capital social daquela empresa). Entendemos que este registo carece de esclarecimentos que serão solicitados aos Acionistas; contudo, tendo em conta que o mesmo surge de uma decisão com sede numa Assembleia Geral de Acionistas, esta administração decidiu pela manutenção do método de registo contabilístico utilizado desde 2009, podendo aquele estar sujeito a correções futuras, após esclarecimentos.

Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2014 o valor registado em Caixa e Depósitos Bancários ascendia a 2.575.865,96 euros.



2 – Passivo

a) Passivo não Corrente

Financiamentos obtidos

O valor de 5.183.896,85 euros apresentado no Balanço está deduzido das amortizações a pagar durante o ano de 2015, e respeita a dois empréstimos bancários de médio prazo, contraídos com o Santander e com o Millennium-bcp, nos montantes de 2.000.000,00 e 2.900.000,00, respetivamente, aquele montante inclui ainda 2.000.000,00 euros respeitantes ao suprimento do acionista privado efetuado aquando da aquisição dos 49% do capital social desta empresa.

Outras contas a pagar

O montante de 5.149.057,87 euros refletido nesta rubrica encontra-se coberto com protocolos de acordo desta empresa com factoring contratado por fornecedores e empreiteiros, sendo pago com amortizações mensais.

É de salientar que no ano de 2014 foram liquidados 654.000,00 euros, que, levando em linha de conta a conjuntura local e nacional, representou um enorme esforço de redução do passivo.

b) Passivo Corrente

Fornecedores

Nesta rubrica importa salientar que, cerca de 78% do seu valor se encontra concentrado em dois fornecedores, a saber:

- 3.008.284,19 euros de dívida à ADS – Águas da Serra, SA, referente à concessão do serviço de saneamento em alta e;
- 657.964,75 euros à Resiestrela, SA..

Em Setembro de 2013 a ADC assinou com a Resiestrela o Contrato de Entrega e Receção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e de Recolha Seletiva para a Valorização, Tratamento e Destino Final, tendo pago a dívida para com a Águas do Zêzere e Côa e para com a Resiestrela, através de cheques no valor de 4.215.131,17 euros, utilizando os montantes dos empréstimos bancários. Foi igualmente liquidado o montante de 560.984,11 euros através da dação em cumprimento pela transmissão da propriedade de bens afetos ao sector dos resíduos sólidos, nomeadamente, a estação de transferência e o ecocentro e equipamento básico.



A ADC reconheceu a obrigação de pagamento à Resiestrela de 589.389,12 euros, que serão liquidados em 171 prestações com o débito, para efeito de encontro de contas, de faturas emitidas à Resiestrela pela prestação de serviços de gestão e manutenção do Ecocentro. À data de 31 de Dezembro de 2014 já tinham sido liquidadas 15 prestações.

Financiamentos obtidos

O valor de 974.893,14 euros inscrito nesta rubrica respeita aos empréstimos bancários contraídos por esta empresa municipal, referidos anteriormente, e cujas amortizações ocorrem durante o ano de 2015.

Outras contas a pagar

Nesta rubrica estão refletidos 654.000,00 euros referentes às amortizações mensais dos protocolos de acordo com factoring contratado por fornecedores e empreiteiros, que se vencem em 2015.

De salientar ainda o montante 2.692.213,28 euros contabilizados em “Credores por acréscimos de gastos”. O valor mais significativo registado nesta rubrica, 2.145.000,00 euros, respeita ao gasto com a assistência técnica de gestão da AGS – Hidurbe. Entendemos que este registo carece de esclarecimentos que serão solicitados aos Acionistas; contudo, tendo em conta que o mesmo surge de uma decisão com sede numa Assembleia Geral de Acionistas, esta administração decidiu pela manutenção do método de registo contabilístico utilizado desde 2009, podendo aquele estar sujeito a correções futuras, após esclarecimentos.

Foram contabilizados 292.901,18 euros relativos à estimativa de férias, subsídio de férias e encargos.

Está também incluído o valor de 33.634,83 euros relativos à dívida por “depósito de garantia”, respeitante às garantias da execução de obras pelos empreiteiros, em função dos valores contratados.

3 – Capital Próprio

O Capital Próprio da ADC ascende, no final do exercício, a 10.002.181,20 euros, com evidência para o valor dos Resultados Transitados que incorporaram o Resultado Líquido de 2013.



4 – Rendimentos

Importa referir que:

- As vendas de água apresentam um valor de 2.394.579,63 euros (já deduzido do valor do desconto do cartão do idoso de 5.364,27 euros), inferior em 3,68% face ao ano anterior, devido à retração do consumo que se regista desde 2012.
- As prestações de serviços apresentam um valor líquido de 8.435.316,23 euros, sendo 2.351.558,64 euros do sector da água; 4.165.408,25 euros do sector do saneamento e 1.815.147,39 euros do sector dos resíduos sólidos.
- O valor do desconto do cartão do idoso afeto às prestações de serviços foi de 17.411,34 euros.
- Os serviços diversos prestados a terceiros desde reparações de ruturas nas redes públicas de distribuição de água, limpeza de coletores de esgoto e fossas sépticas, entre outros, apresentavam no final do exercício um valor de 4.871,55 euros.
- A tarifa de encargos de cobrança registou um valor de 115.741,74 euros.
- O desconto do idoso apresentou um valor global de 22.775,61 euros.
- O valor registado em “Subsídios à Exploração” respeita aos Contratos de Gestão para o ano de 2014. O montante de 756.419,00 euros foi contabilizado por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos”.
- Na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” importa salientar os valores de 42.033,15 e 23.017,63 euros, relativos à recuperação de custos imputados à Resietrela e à Icovi, respetivamente.
- Foi contabilizado o montante de 15.014,40 euros resultantes da transferência dos subsídios ao investimento de “Outras variações no capital próprio - Subsídios” na proporção da amortização dos bens subsidiados.
- Em 2014, o total dos rendimentos registou uma diminuição de 8.941,11 euros, correspondendo a -0,08%.

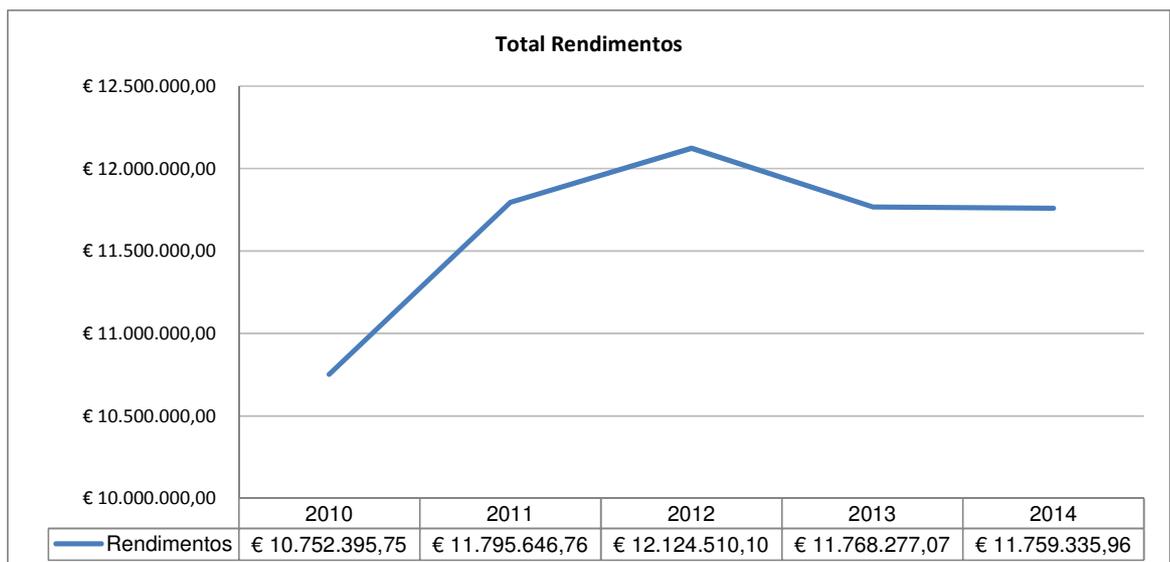
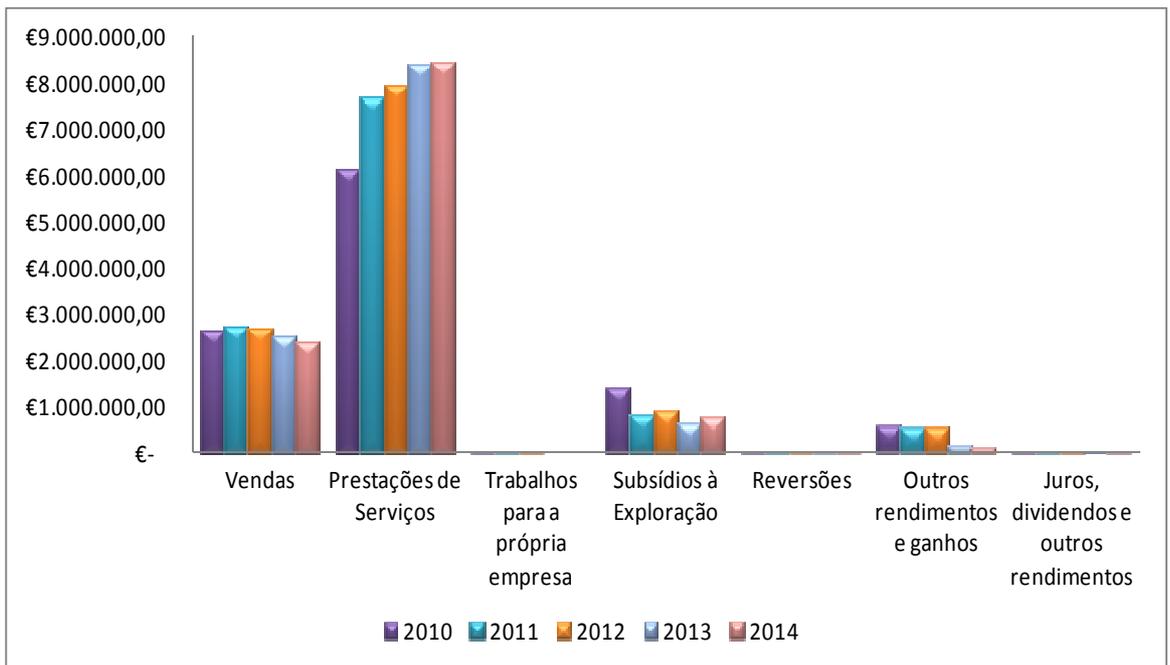
Para uma melhor compreensão apresentamos a seguinte análise das rubricas de Rendimentos:

Rendimentos					
Rubricas	Ano 2013	Ano 2014	Variações 2013-2014	Peso na estrutura 2014	
71 Vendas	€ 2.486.050,45	€ 2.394.579,63	-3,68%	20,36%	
72 Prestações de Serviços	€ 8.388.211,43	€ 8.435.316,23	0,56%	71,73%	
74 Trabalhos para a própria empresa	€ -	€ -	0,00%	0%	
75 Subsídios à Exploração	€ 643.349,04	€ 756.419,00	17,58%	6,43%	
76 Reversões	€ 22.694,22	€ 18.229,18	-19,67%	0,16%	
78 Outros rendimentos e ganhos	€ 176.123,57	€ 125.449,58	-28,77%	1,07%	
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	€ 51.848,36	€ 29.342,34	-43,41%	0,25%	
Total	€ 11.768.277,07	€ 11.759.335,96	-0,08%	100,00%	



Evolução dos Rendimentos

SNC	2010	2011	2012	2013	2014
71 Vendas	€ 2.636.640,79	€ 2.719.215,49	€ 2.674.670,78	€ 2.486.050,45	€ 2.394.579,63
72 Prestações de Serviços	€ 6.123.458,46	€ 7.664.295,10	€ 7.940.268,22	€ 8.388.211,43	€ 8.435.316,23
74 Trabalhos para a própria empresa	€ 15.528,22	€ 41.090,66	€ 26.976,26	€ -	€ -
75 Subsídios à Exploração	€ 1.388.000,00	€ 799.236,00	€ 902.297,00	€ 643.349,04	€ 756.419,00
76 Reversões	€ 5.271,89	€ 3.615,36	€ 9.812,57	€ 22.694,22	€ 18.229,18
78 Outros rendimentos e ganhos	€ 563.245,08	€ 523.096,58	€ 535.754,18	€ 176.123,57	€ 125.449,58
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	€ 20.251,31	€ 45.097,57	€ 34.731,09	€ 51.848,36	€ 29.342,34
Total	€ 10.752.395,75	€ 11.795.646,76	€ 12.124.510,10	€ 11.768.277,07	€ 11.759.335,96





As prestações de serviços registaram em 2014 um aumento de 0,56% face a 2013, que corresponde a 47.104,80 euros.

Prestações de Serviços

Rubricas	2013	2014	Variações 2013-2014	Peso na estrutura 2014
Sector Água	2.316.656,07 €	2.351.558,64 €	1,51%	27,88%
Tarifa de disponibilidade	2.133.819,05 €	2.184.931,60 €	2,40%	25,90%
Tarifa de ligação de contador	111.976,01 €	101.173,86 €	-9,65%	1,20%
Ramais	33.402,30 €	32.899,59 €	-1,51%	0,39%
Outras tarifas	37.458,71 €	32.553,59 €	-13,09%	0,39%
Sector de Saneamento	4.166.980,33 €	4.165.408,25 €	-0,04%	49,38%
Tarifa de saneamento	3.360.886,58 €	3.341.014,99 €	-0,59%	39,61%
Tarifa de disponibilidade	736.875,02 €	756.205,54 €	2,62%	8,96%
Ramais	25.760,11 €	11.594,44 €	-54,99%	0,14%
Outras tarifas	43.458,62 €	56.593,28 €	30,22%	0,67%
Sector dos Resíduos Sólidos	1.798.579,22 €	1.815.147,39 €	0,92%	21,52%
Desconto do cartão do idoso	- 17.511,07 €	- 17.411,34 €	-0,57%	-0,21%
Outras tarifas e serviços diversos	123.506,88 €	120.613,29 €	-2,34%	1,43%
Total	8.388.211,43 €	8.435.316,23 €	0,56%	100%

Evolução das Prestações de Serviço

Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
Sector Água	1.889.809,67 €	2.063.893,84 €	2.076.680,32 €	2.316.656,07 €	2.351.558,64 €
Tarifa de disponibilidade	1.675.643,63 €	1.813.725,14 €	1.872.638,11 €	2.133.819,05 €	2.184.931,60 €
Tarifa de ligação de contador	111.239,96 €	112.953,81 €	107.716,14 €	111.976,01 €	101.173,86 €
Ramais	28.852,06 €	89.626,19 €	53.038,56 €	33.402,30 €	32.899,59 €
Outras tarifas	74.074,02 €	47.588,70 €	43.287,51 €	37.458,71 €	32.553,59 €
Sector de Saneamento	3.208.038,09 €	4.121.715,75 €	4.008.723,60 €	4.166.980,33 €	4.165.408,25 €
Tarifa de saneamento	3.184.305,10 €	3.520.084,38 €	3.356.457,84 €	3.360.886,58 €	3.341.014,99 €
Tarifa de disponibilidade	- €	529.045,73 €	571.949,33 €	736.875,02 €	756.205,54 €
Ramais	19.187,40 €	20.352,70 €	25.759,68 €	25.760,11 €	11.594,44 €
Outras tarifas	4.545,59 €	52.232,94 €	54.556,75 €	43.458,62 €	56.593,28 €
Sector dos Resíduos Sólidos	1.213.979,38 €	1.467.664,04 €	1.775.147,58 €	1.798.579,22 €	1.815.147,39 €
Desconto do cartão do idoso	- 293.055,62 €	- 93.976,06 €	- 32.751,52 €	- 17.511,07 €	- 17.411,34 €
Outras tarifas e serviços diversos	104.686,94 €	104.997,53 €	112.468,24 €	123.506,88 €	120.613,29 €
Total	6.123.458,46 €	7.664.295,10 €	7.940.268,22 €	8.388.211,43 €	8.435.316,23 €



5 – Gastos

A totalidade dos gastos diminuiu 269.795,24 euros face a 2013. Efetuada a mesma análise, mas excluindo os gastos referentes aos acordos/contratos celebrados e que não contribuíram positivamente para esta redução, verificamos que o esforço de gestão efetuado resultou numa redução de gastos no valor de 343.775,47 euros. Destacamos nestes acordos o realizado com a ADS – Águas da Serra, SA que representou face a 2013 um aumento de gastos de 58.213,56 euros, num total de 3.198.920,28 euros.

Os gastos de 2014 foram os mais baixos dos últimos 5 anos. Contudo, entendemos que continua a haver margem para redução, por via da continuidade na política de aumento de eficiência da empresa, através da redefinição de procedimentos e da continuidade de investimento estratégico e de modernização. As medidas implementadas no decorrer de 2014, já se fazem representar neste resultado, contudo, e tendo em conta o momento da sua decisão e aplicação, cremos que em 2015 o seu reflexo será substancialmente superior.

Os decréscimos mais significativos verificaram-se nas seguintes rubricas: custo das mercadorias e matérias consumidas; fornecimentos e serviços externos; gastos de depreciação e amortização.

Em compensação as rubricas gastos com pessoal, e gastos e perdas financiamento foram as que registaram aumentos relativamente ao ano anterior.

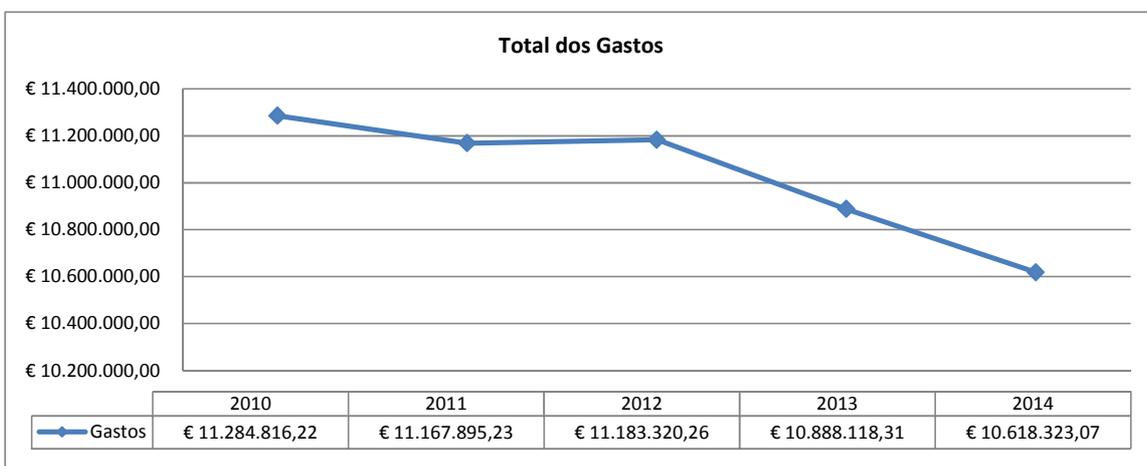
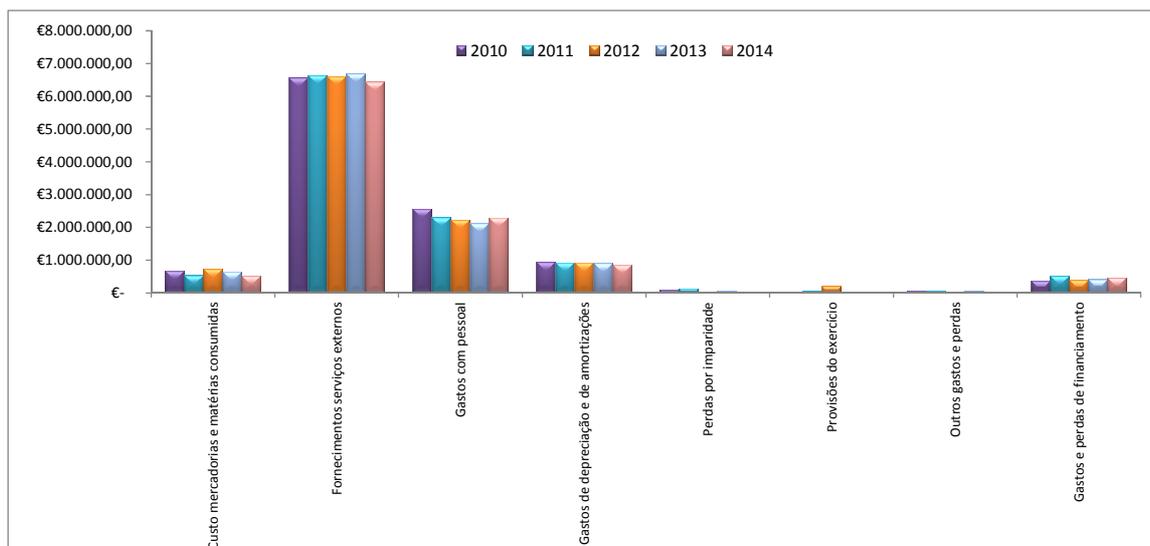
Para uma melhor compreensão apresentamos a seguinte análise das rubricas de Gastos:

Gastos					
SNC	Rubricas	Ano 2013	Ano 2014	Variações 2013-2014	Peso na estrutura 2014
61	Custo mercadorias e matérias consumidas	€ 648.178,86	€ 518.707,32	-19,97%	4,89%
62	Fornecimentos serviços externos	€ 6.692.233,36	€ 6.440.618,83	-3,76%	60,66%
63	Gastos com pessoal	€ 2.119.596,33	€ 2.293.929,91	8,22%	21,60%
64	Gastos de depreciação e de amortizações	€ 907.937,45	€ 858.909,00	-5,40%	8,09%
65	Perdas por imparidade	€ 57.873,02	€ -	-100,00%	0,00%
67	Provisões do exercício	€ -	€ -	0,00%	0,00%
68	Outros gastos e perdas	€ 53.519,12	€ 42.286,29	-20,99%	0,40%
69	Gastos e perdas de financiamento	€ 408.780,17	€ 463.871,72	13,48%	4,37%
	Total	€ 10.888.118,31	€ 10.618.323,07	-2,48%	100,00%



Evolução dos gastos

SNC		2010	2011	2012	2013	2014
61	Custo mercadorias e matérias consumidas	€ 672.290,83	€ 537.726,89	€ 733.457,27	€ 648.178,86	€ 518.707,32
62	Fornecimentos serviços externos	€ 6.560.658,04	€ 6.645.238,69	€ 6.608.084,92	€ 6.692.233,36	€ 6.440.618,83
63	Gastos com pessoal	€ 2.564.915,72	€ 2.298.141,04	€ 2.231.839,11	€ 2.119.596,33	€ 2.293.929,91
64	Gastos de depreciação e de amortizações	€ 943.365,20	€ 922.978,98	€ 926.894,22	€ 907.937,45	€ 858.909,00
65	Perdas por imparidade	€ 99.739,79	€ 132.033,04	€ 44.412,39	€ 57.873,02	€ -
67	Provisões do exercício	€ -	€ 51.705,57	€ 201.065,96	€ -	€ -
68	Outros gastos e perdas	€ 73.269,34	€ 61.676,30	€ 40.377,86	€ 53.519,12	€ 42.286,29
69	Gastos e perdas de financiamento	€ 370.577,30	€ 518.394,72	€ 397.188,53	€ 408.780,17	€ 463.871,72
Total		€ 11.284.816,22	€ 11.167.895,23	€ 11.183.320,26	€ 10.888.118,31	€ 10.618.323,07



Para uma análise da rubrica “fornecimentos e serviços externos”, sem a afetação dos encargos resultantes dos acordos/contratos celebrados, não assistindo ao Conselho de Administração a possibilidade de os alterar, por decorrerem de acordos acionistas, tais como: a “tarifa de concessão – AdS”; a “cedência das infra-estruturas ICOVI”; a “assistência técnica e consultadoria – AGS”.



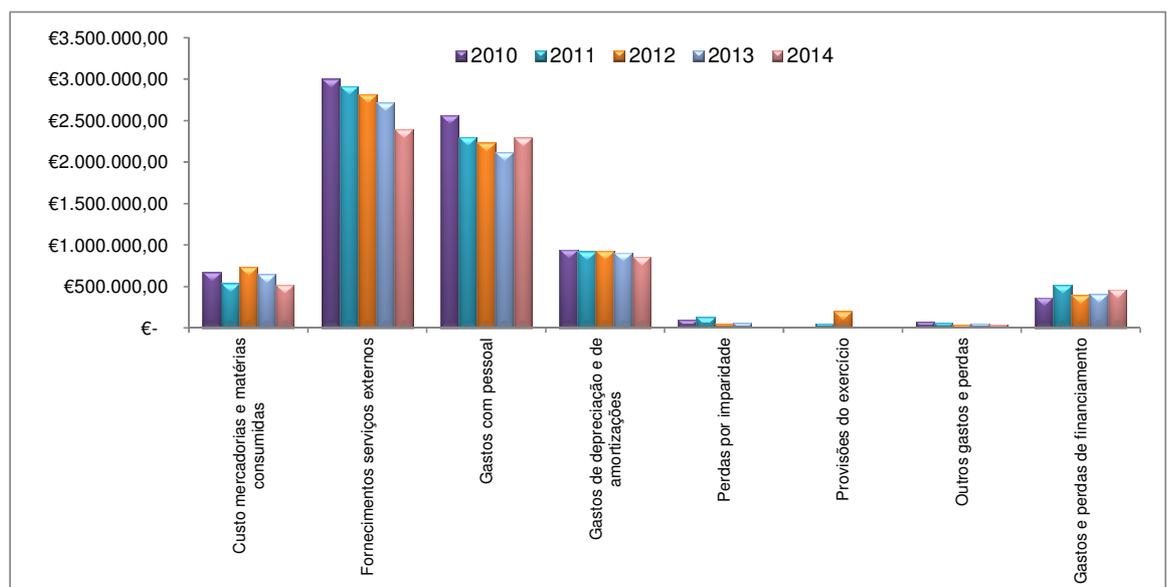
Apresenta-se o seguinte quadro, de que resulta que a redução efectiva dos gastos resultantes da gestão da empresa, relativamente ao ano anterior foi de 4,97 %:

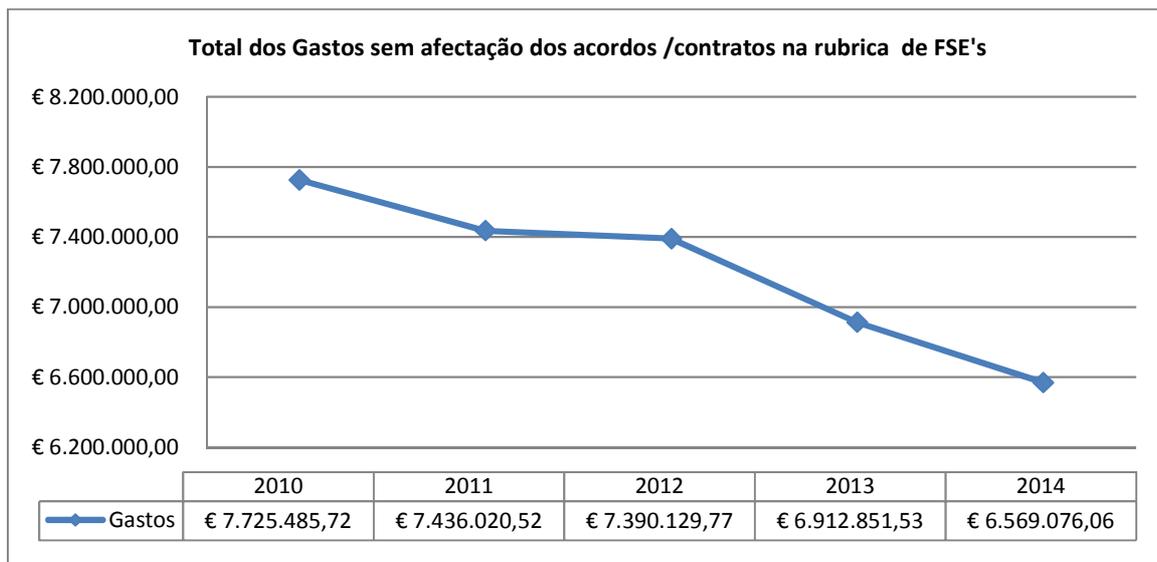
Gastos (sem a afetação dos encargos resultantes dos acordos/contratos na rubrica FSE's)

SNC	Rubricas	Ano 2013	Ano 2014	Variações 2013-2014	Peso na estrutura 2014
61	Custo mercadorias e matérias consumidas	€ 648.178,86	€ 518.707,32	-19,97%	7,90%
62	Fornecimentos serviços externos	€ 2.716.966,58	€ 2.391.371,82	-11,98%	36,40%
63	Gastos com pessoal	€ 2.119.596,33	€ 2.293.929,91	8,22%	34,92%
64	Gastos de depreciação e de amortizações	€ 907.937,45	€ 858.909,00	-5,40%	13,08%
65	Perdas por imparidade	€ 57.873,02	€ -	-100,00%	0,00%
67	Provisões do exercício	€ -	€ -		0,00%
68	Outros gastos e perdas	€ 53.519,12	€ 42.286,29	-20,99%	0,64%
69	Gastos e perdas de financiamento	€ 408.780,17	€ 463.871,72	13,48%	7,06%
Total		€ 6.912.851,53	€ 6.569.076,06	-4,97%	100,00%

Evolução dos Gastos (sem a afetação dos encargos resultantes dos acordos/contratos na rubrica FSE's)

SNC	Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
61	Custo mercadorias e matérias consumidas	€ 672.290,83	€ 537.726,89	€ 733.457,27	€ 648.178,86	€ 518.707,32
62	Fornecimentos serviços externos	€ 3.001.327,54	€ 2.913.363,98	€ 2.814.894,43	€ 2.716.966,58	€ 2.391.371,82
63	Gastos com pessoal	€ 2.564.915,72	€ 2.298.141,04	€ 2.231.839,11	€ 2.119.596,33	€ 2.293.929,91
64	Gastos de depreciação e de amortizações	€ 943.365,20	€ 922.978,98	€ 926.894,22	€ 907.937,45	€ 858.909,00
65	Perdas por imparidade	€ 99.739,79	€ 132.033,04	€ 44.412,39	€ 57.873,02	€ -
67	Provisões do exercício	€ -	€ 51.705,57	€ 201.065,96	€ -	€ -
68	Outros gastos e perdas	€ 73.269,34	€ 61.676,30	€ 40.377,86	€ 53.519,12	€ 42.286,29
69	Gastos e perdas de financiamento	€ 370.577,30	€ 518.394,72	€ 397.188,53	€ 408.780,17	€ 463.871,72
Total		€ 7.725.485,72	€ 7.436.020,52	€ 7.390.129,77	€ 6.912.851,53	€ 6.569.076,06





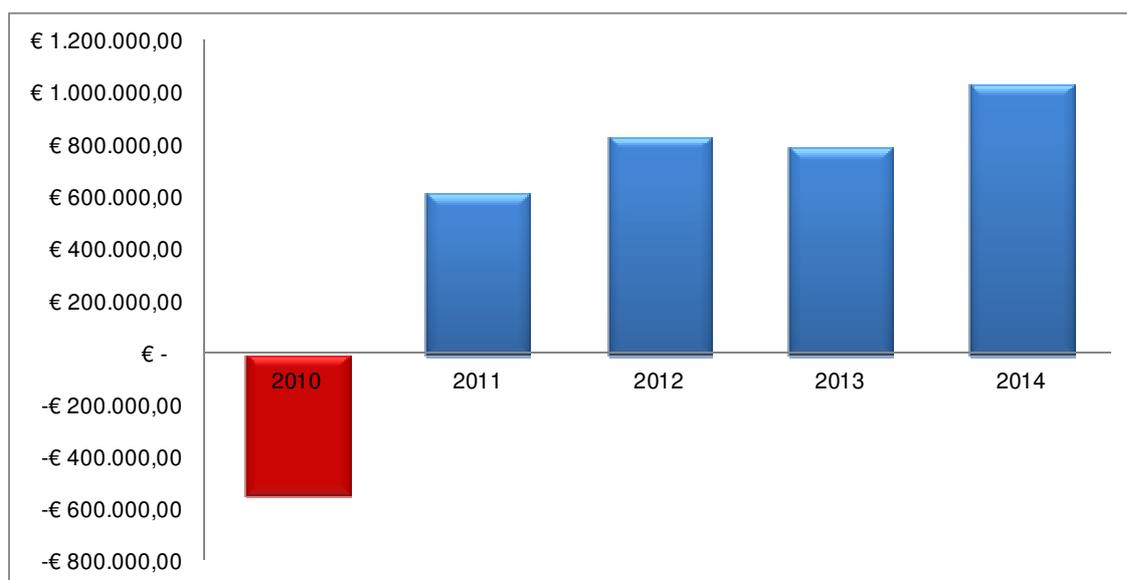
6 – Resultado do Exercício

c) Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido apurado em 2014 foi de 1.042.938,31 euros, registando em relação ao ano anterior um acréscimo de 30,71%, com mais 245.047,57 euros.

Evolução dos Resultados Líquidos do Exercício

	2010	2011	2012	2013	2014
Resultado Líquido do Exercício	-€ 538.116,41	€ 622.765,83	€ 841.572,13	€ 797.890,74	€ 1.042.938,31



Esta variação positiva deve-se fundamentalmente à diminuição verificada nos gastos, no valor de 269.795,24 euros (-2,48%). Importa salientar que o imposto sobre o rendimento passou de 82.268,02 euros em 2013 para 98.074,58 euros em 2014.

**7 - Rácios e Indicadores**

	2014	2013	2012	2011	2010
Capital Social	€ 9.000.000,00	€ 9.000.000,00	€ 9.000.000,00	€ 9.000.000,00	€ 9.000.000,00
Água Facturada (m ³)	2.141.655	2.199.178	2.206.568	2.304.149	2.367.277
N.º de Trabalhadores	120	116	116	125	127

Nota: O volume de água facturada inclui os consumos próprios.

	2014	2013	2012	2011	2010
Volume de Negócios	€ 10.829.895,86	€ 10.874.261,88	€ 10.614.939,00	€ 10.383.510,59	€ 8.760.099,25
Resultado Líquido	€ 1.042.938,31	€ 797.890,74	€ 841.572,13	€ 622.765,83	-€ 538.116,41
Activo Líquido	€ 29.673.981,10	€ 28.425.587,08	€ 30.233.289,90	€ 29.703.533,19	€ 30.413.553,59
Passivo	€ 19.671.799,90	€ 19.451.329,79	€ 21.317.016,95	€ 21.613.817,97	€ 23.057.139,45
Capital Próprio	€ 10.002.181,20	€ 8.974.257,29	€ 8.916.272,95	€ 8.089.715,22	€ 7.356.414,14
Cash-Flow	€ 1.883.618,13	€ 1.741.006,99	€ 2.004.132,12	€ 1.725.868,06	€ 405.248,79

	2014	2013	2012	2011	2010
Solvabilidade Total	0,51	0,46	0,42	0,37	0,32
Autonomia Financeira	0,34	0,32	0,29	0,27	0,24
Liquidez Geral	1,12	1,12	0,70	0,74	0,35
Rentabilidade do Activo	0,04	0,03	0,03	0,02	-0,02
Rentabilidade dos Capitais Próprios	0,10	0,09	0,09	0,08	-0,07
Rentabilidade Líquida das Vendas	0,10	0,07	0,08	0,06	-0,06

Como se conclui pela análise dos quadros, a situação económica e financeira da ADC tem vindo a melhorar consideravelmente, reforçando a sua autonomia financeira e o seu grau de solvabilidade, e a estabilidade do rácio de liquidez geral.

Os valores de Cash-flow, dos Resultados Líquidos do Exercício aumentaram, com a consequente evolução favorável das taxas de rentabilidade.



IV – ÁREA COMERCIAL

No decorrer do ano de 2014, registou-se um decréscimo de 55 consumidores.

Esta diminuição gerou uma redução nos consumos em 55.671 m³, sendo o valor mais significativo verificado nos consumidores domésticos (menos 41.604 m³).

A tendência da retracção de consumos regista-se há vários anos, conforme quadros anexos.

Assim, o valor das vendas diminuiu 3,68% em relação a 2013.

Salienta-se, ainda, que apesar da redução do número de consumidores, o montante das tarifas de disponibilidade é superior ao apurado em 2013, devido ao facto de o tarifário desse ano ter entrado em vigor em 20 de Fevereiro.

Em 2014 não houve alteração no tarifário, uma vez que a sua manutenção permitia assegurar o equilíbrio económico e financeiro da empresa.

Os clientes desta empresa são maioritariamente domésticos, representando estes, cerca de 92% do total, 74% do consumo facturado e 47 % do valor da facturação de água.

	2010	2011	2012	2013	2014
Nº Clientes no início do ano	27.700	27.875	27.898	27.837	27.804
Nº Clientes no fim do ano	27.875	27.898	27.837	27.804	27.749

Nota: inclui contratos de consumos próprios que no início de ano eram 223 e no final de 2014 o número ascendeu a 229.

Estrutura do Tipo de Consumidores / Facturação de Água (2014)

Tipo	Número	%	m ³	%	Euros	%
Domésticos	25.444	91,69%	1.582.082	73,87%	€ 1.126.062,29	47,03%
Com/Ind.	1.665	6%	270.381	12,62%	€ 684.223,13	28,57%
Outros	411	1,48%	236.136	11,03%	€ 584.294,21	24,40%
Total	27.520	99,17%	2.088.599	97,52%	€ 2.394.579,63	100%
Cons. Próprios	229	0,83%	53.056	2,48%	€ -	0%
Total	27.749	100%	2.141.655	100%	€ 2.394.579,63	100%



Evolução da água consumida em m³

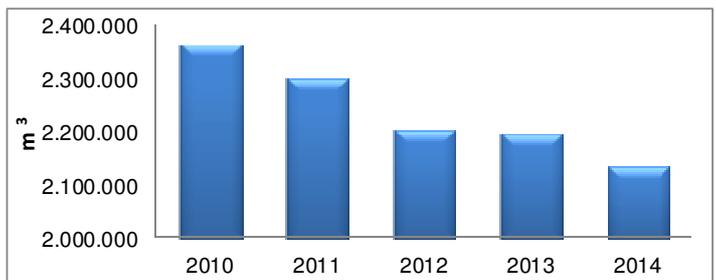
Tipo de Consumidor	2010	2011	2012	2013	2014
Doméstico	1.766.017	1.704.155	1.636.726	1.623.686	1.582.082
Com./Ind.	262.823	225.608	229.710	248.133	270.381
Outros	290.563	303.234	284.835	272.451	236.136
Total	2.319.403	2.232.997	2.151.271	2.144.270	2.088.599
Consumos Próprios	47.874	71.152	55.297	54.908	53.056
Total	2.367.277	2.304.149	2.206.568	2.199.178	2.141.655

Número e consumo por tipo de cliente

Tipo de clientes	Número					m ³ facturados				
	2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
Domésticos	18.262	24.246	24.719	25.013	24.949	1.306.773	1.504.814	1.577.576	1.590.824	1.556.322
Domésticos idosos	7.030	1.176	741	467	495	459.244	199.341	59.150	32.862	25.760
Comercial	1.563	1.499	1.429	1.589	1.568	168.167	148.331	141.195	136.175	138.882
Industrial	124	98	93	87	84	94.656	77.277	88.515	111.958	103.744
Administração Local	143	164	153	152	154	66.951	61.491	53.367	61.621	50.284
Administração Central	78	81	81	81	79	128.944	128.745	122.357	110.159	111.267
Instituições s/ fins lucrativos	251	234	230	62	69	77.121	76.283	67.995	58.285	59.011
Obras	115	97	88	50	49	15.746	12.026	14.555	9.041	7.054
Rega	95	72	67	68	60	1.801	1.308	1.242	3.060	8.520
Hotelaria/Grandes Superfície	0	11	12	12	13	0	23.381	25.319	30.285	27.755
Subtotal	27.661	27.678	27.613	27.581	27.520	2.319.403	2.232.997	2.151.271	2.144.270	2.088.599
Consumos próprios	214	220	224	223	229	47.874	71.152	55.297	54.908	53.056
Total	27.875	27.898	27.837	27.804	27.749	2.367.277	2.304.149	2.206.568	2.199.178	2.141.655

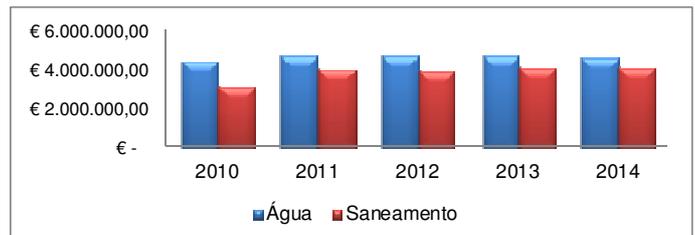
Evolução de facturação (m³)

Anos	Facturação (ADC)
2010	2.367.277
2011	2.304.149
2012	2.206.568
2013	2.199.178
2014	2.141.655



Evolução da facturação (€)

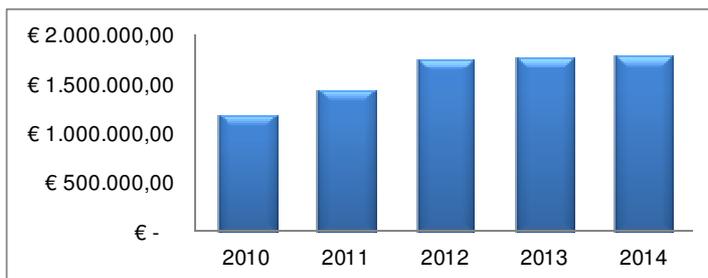
Anos	Água	Saneamento
2010	€ 4.526.450,67	€ 3.208.038,09
2011	€ 4.783.108,84	€ 4.121.715,75
2012	€ 4.751.351,10	€ 4.008.723,60
2013	€ 4.802.706,52	€ 4.166.980,33
2014	€ 4.746.138,27	€ 4.165.408,25





Evolução da facturação de RSU's

2010	€	1.213.979,38
2011	€	1.467.664,04
2012	€	1.775.148,00
2013	€	1.798.579,22
2014	€	1.815.147,39



Facturação Água (€) 2014

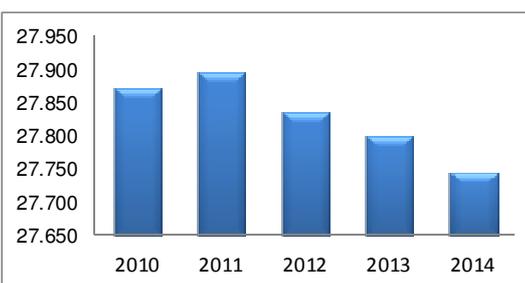
	€	%
Domésticos	€ 1.126.062,29	47,03%
Comercial	€ 306.875,53	12,82%
Industrial	€ 298.722,10	12,47%
Administração Local	€ 65.021,29	2,72%
Administração Central	€ 392.435,87	16,39%
Instituições s/ fins lucrativos	€ 76.322,61	3,19%
Obras	€ 22.879,72	0,96%
Rega	€ 27.634,71	1,15%
Hotelaria/Grandes Superfícies	€ 78.625,50	3,28%
Total	€ 2.394.579,63	100,00%

Consumos facturados por tipo de clientes

	%	m ³
Adm. Central	5,20%	111.267
Adm. Local	2,35%	50.284
Cons. Comercial	6,48%	138.882
Cons. Industrial	4,84%	103.744
Cons. Obras	0,33%	7.054
Cons. Próprios	2,48%	53.056
Cons. Rega	0,40%	8.520
Domésticos	73,87%	1.582.082
Inst.S/ Fins Luc.	2,76%	59.011
Hotelaria/Grandes Superfícies	1,30%	27.755
Total	100,00%	2.141.655

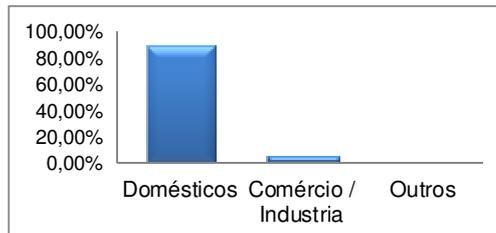
Evolução do número de consumidores

Anos	Contratos
2010	27.875
2011	27.898
2012	27.837
2013	27.804
2014	27.749



Distribuição dos consumos por tipo de cliente - 2014

Tipo tarifa	%	Nº contratos
Domésticos	91,69%	25.444
Comércio / Industria	6,00%	1.665
Outros	2,31%	640
Total	100%	27.749



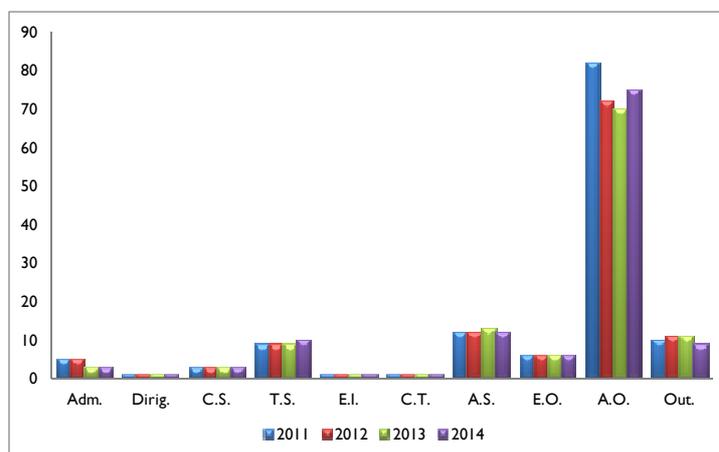


V- OUTROS DADOS

Recursos Humanos

No final do ano de 2014, a ADC – Águas da Covilhã, EM, era gerida por três Administradores, dois dos quais executivos, e registava um universo de 118 colaboradores, dos quais 85 com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, e em regime de mobilidade geral, por cedência de interesse público nesta empresa, 5 com contrato de trabalho sem termo e 28 com contrato de trabalho a termo certo.

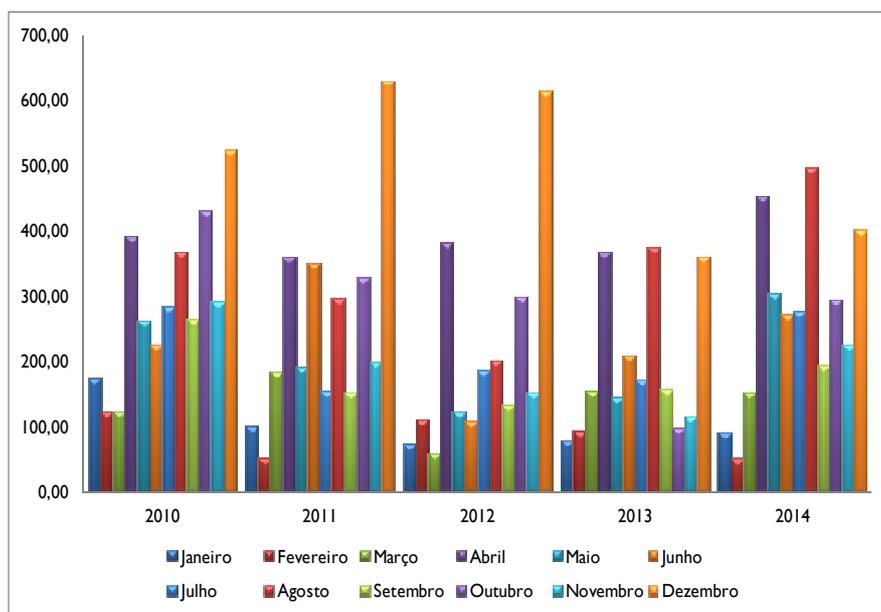
	2011	2012	2013	2014
Adm. Administrador	5	5	3	3
Dirig. Dirigente	1	1	1	1
C.S. Coordenador de serviço	3	3	3	3
T.S. Técnico Superior	9	9	9	10
E.I. Especialista Informática	1	1	1	1
C.T. Coordenador Técnico	1	1	1	1
A.S. Assistente Técnico	12	12	13	12
E.O. Encarregado Operacional	6	6	6	6
A.O. Assistente operacional	82	72	70	75
Out. Outras	10	11	11	9
Total	130	121	118	121





Evolução do número de horas extra por mês

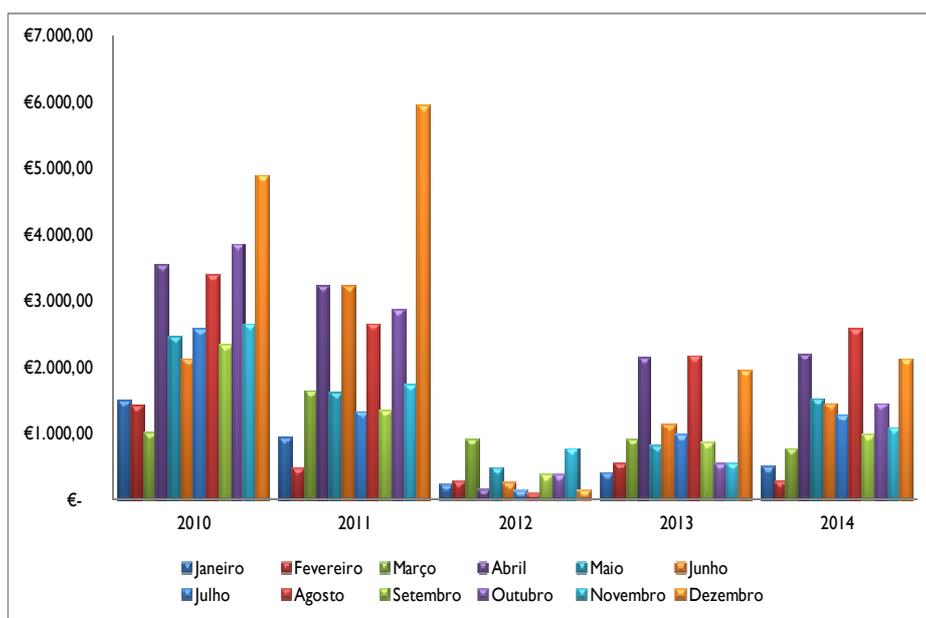
	2010	2011	2012	2013	2014
Janeiro	173,00	99,50	74,00	78,00	91,00
Fevereiro	123,00	53,00	110,50	92,50	51,00
Março	122,00	182,00	59,00	154,50	151,00
Abril	390,80	361,50	382,00	367,00	451,50
Mai	260,00	190,00	123,50	145,00	301,50
Junho	225,00	351,00	107,00	207,00	270,00
Julho	281,50	154,00	186,50	171,00	275,00
Agosto	367,00	294,50	199,00	375,50	496,50
Setembro	263,50	152,50	131,00	157,50	194,00
Outubro	431,50	328,00	297,50	97,00	292,50
Novembro	290,00	198,50	151,50	116,00	223,50
Dezembro	523,50	630,85	613,00	361,00	401,00
Total	3.450,80	2.995,35	2.434,50	2.322,00	3.198,50





Evolução dos gastos mensais com horas extraordinárias (2010 - 2014)

	2010	2011	2012	2013	2014
Janeiro	€ 1.489,83	€ 936,61	€ 229,52	€ 407,83	€ 502,02
Fevereiro	€ 1.417,28	€ 478,76	€ 273,55	€ 554,27	€ 281,25
Março	€ 994,95	€ 1.623,13	€ 895,36	€ 902,48	€ 766,03
Abril	€ 3.534,17	€ 3.215,59	€ 156,49	€ 2.130,34	€ 2.189,81
Maiο	€ 2.452,70	€ 1.613,75	€ 476,80	€ 802,57	€ 1.507,44
Junho	€ 2.112,73	€ 3.213,99	€ 247,12	€ 1.110,04	€ 1.433,68
Julho	€ 2.563,47	€ 1.324,40	€ 130,17	€ 970,25	€ 1.269,83
Agosto	€ 3.384,88	€ 2.638,35	€ 93,36	€ 2.169,94	€ 2.573,50
Setembro	€ 2.320,63	€ 1.339,96	€ 368,89	€ 854,08	€ 970,54
Outubro	€ 3.838,81	€ 2.850,40	€ 364,62	€ 531,12	€ 1.443,79
Novembro	€ 2.650,59	€ 1.729,64	€ 765,32	€ 543,82	€ 1.083,62
Dezembro	€ 4.883,76	€ 5.942,28	€ 133,91	€ 1.931,05	€ 2.111,26
Média/Mês	€ 2.636,98	€ 2.242,24	€ 344,59	€ 1.075,65	€ 1.344,40





Contencioso

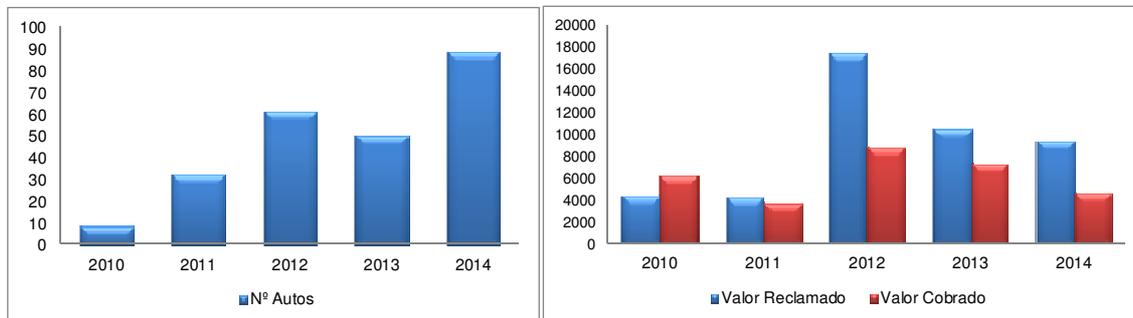
Os quadros seguintes pretendem evidenciar os processos de contraordenações, instaurados, sob orientação do Conselho de Administração, pela violação de algumas normas dos Regulamentos de sistema de abastecimento de água e de água residuais e de resíduos urbanos e higiene e limpeza pública.

Relativamente ao ano de 2014, foram instituídos 89 processos, cujo valor reclamado ascendeu a 9.456,98 euros.

O valor cobrado de 4.641,25 euros respeita a processos do ano e de anos anteriores, o que significa, que no decorrer de 2015 ainda serão cobrados, pela ADC ou pelo Ministério Público, os processos em aberto.

Evolução das contra-ordenações

	2010	2011	2012	2013	2014
Nº Autos	9	33	62	51	89
Valor Reclamado	€ 4.449,11	€ 4.350,76	€ 17.434,78	€ 10.572,56	€ 9.456,98
Valor Cobrado	€ 6.256,28	€ 3.794,79	€ 8.910,19	€ 7.365,94	€ 4.641,25



Concursos

No ano de 2014, adjudicados 18 procedimentos concursais cujo o montante global de adjudicação cifra-se em 483.118,51 euros.

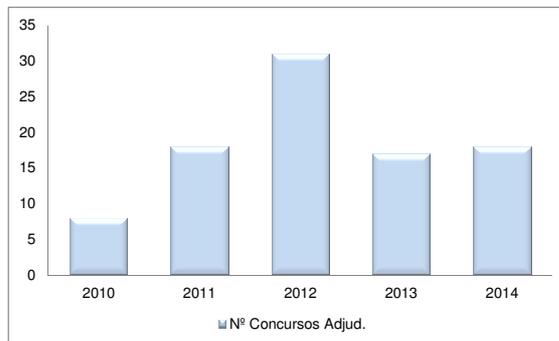
O valor de adjudicações reflete a tomada de decisão do Conselho de Administração em substituir prestações de serviços externas por administração direta, bem como a redução de valores apresentados pelos concorrentes.

Consta-se que em anos anteriores os montantes apresentados são superiores, mas tal, é devido á adjudicação de prestações de serviços específicas e com prazo de execução superior a um ano.



Evolução dos concursos

	2010	2011	2012	2013	2014
Nº Concursos Adjud.	8	18	31	17	18
Montante	€ 324.145,30	€ 1.112.637,54	€ 1.561.120,00	€ 863.380,75	€ 483.118,51



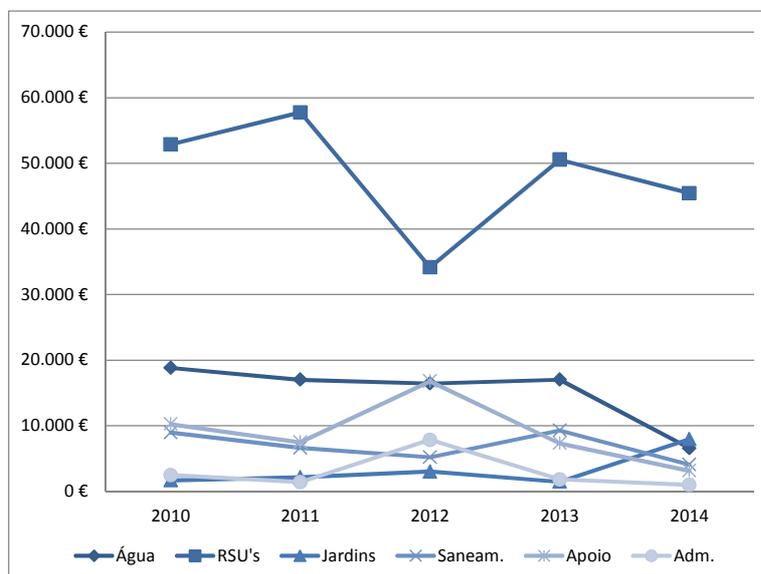
Manutenção

Evolução dos gastos com viaturas

	2010	D 10-11	2011	D 11- 12	2012	D 12- 13	2013	D 13-14	2014
Manutenção da Frota	94.971,34 €	-2,84%	92.347,59 €	-9,75%	83.341,89 €	4,82%	87.356,96 €	-22,08%	68.071,45 €
Combustíveis (litros)	157.848,80	-18,25%	133.485,34	-7,77%	123.112,00	-1,20%	121.635,00	-10,15%	109.289,00

Custos de manutenção da Frota

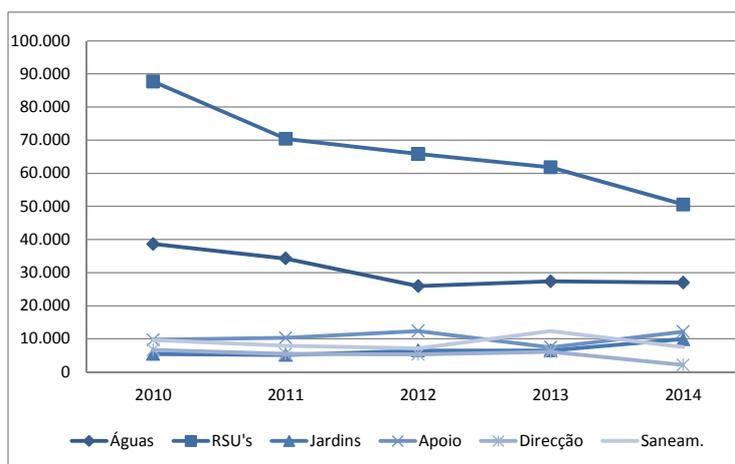
	2010	2011	2012	2013	2014
Água	18.807,52 €	16.981,64 €	16.418,05 €	16.993,66 €	6.554,76 €
RSU's	52.856,74 €	57.765,16 €	34.138,22 €	50.540,20 €	45.440,21 €
Jardins	1.656,12 €	2.116,36 €	2.992,98 €	1.444,11 €	7.932,66 €
Saneam.	8.945,58 €	6.619,78 €	5.188,38 €	9.265,85 €	4.066,86 €
Apoio	10.230,66 €	7.474,40 €	16.779,47 €	7.297,44 €	3.099,46 €
Adm.	2.474,72 €	1.390,26 €	7.824,79 €	1.815,69 €	977,50 €
Total	94.971,34 €	92.347,59 €	83.341,89 €	87.356,95 €	68.071,45 €





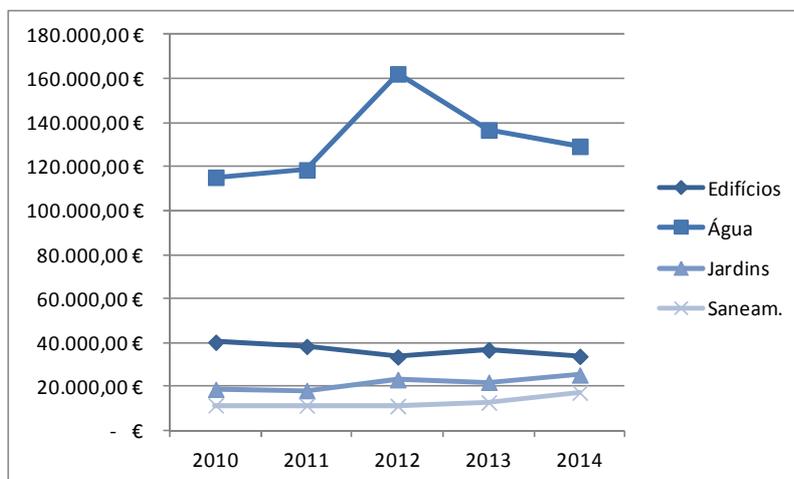
Custo com combustíveis por sector

	2010	2011	2012	2013	2014
Águas	€ 38.618,33	€ 34.243,91	€ 25.912,93	€ 27.375,73	€ 26.985,17
RSU's	€ 87.684,17	€ 70.428,65	€ 65.850,38	€ 61.808,76	€ 50.570,21
Jardins	€ 5.432,40	€ 5.145,54	€ 6.485,09	€ 6.516,72	€ 9.912,82
Apoio	€ 9.731,24	€ 10.293,26	€ 12.362,52	€ 7.485,65	€ 12.146,93
Direcção	€ 6.690,67	€ 5.462,86	€ 5.340,94	€ 6.123,49	€ 2.133,05
Saneam.	€ 9.691,99	€ 7.911,12	€ 7.160,57	€ 12.324,20	€ 7.540,82
	€ 157.848,80	€ 133.485,34	€ 123.112,43	€ 121.634,55	€ 109.289,00



Custos com energia eléctrica por sector

	2010	2011	2012	2013	2014
Edifícios	€ 40.303,41	€ 38.386,80	€ 33.547,57	€ 36.850,33	€ 33.907,34
Água	€ 115.168,35	€ 118.584,04	€ 162.194,42	€ 136.659,53	€ 129.249,38
Jardins	€ 18.857,36	€ 18.303,64	€ 23.305,47	€ 22.078,88	€ 25.404,30
Saneam.	€ 11.656,74	€ 11.506,97	€ 11.328,79	€ 12.938,59	€ 17.376,13
	€ 185.985,86	€ 186.781,45	€ 230.376,25	€ 208.527,33	€ 205.937,15





VI - OBJECTIVOS PARA 2015

Apesar das dificuldades económicas e financeiras que o país atravessa e das dificuldades da própria empresa, a Administração pretende dar continuidade à política de gestão iniciada em Março de 2014, comprometendo-se com os seguintes objetivos para o ano de 2015:

- Potenciar o crescimento de clientes nos próximos anos, com o conseqüente aumento da faturação, sendo que no orçamento de 2015, por uma questão de prudência, não se considerou ainda esse pressuposto;
- Dotar a ADC de um sistema integrado de informação geográfica e de gestão operacional;
- Estabelecer a médio prazo os investimentos estratégicos que melhorem o desempenho funcional da empresa e representem ganhos significativos do ponto de vista operacional e económico;
- Implementar o sistema de certificação da gestão da qualidade;
- Dotar a ADC de um sistema de gestão de reclamações mais eficiente, com o objetivo de melhorar a relação cliente/empresa;
- Economia nas aquisições de materiais;
- Continuar a trabalhar com o LNEC no seguimento da nossa participação anterior no programa Iperdas, aplicando o conceito de melhoria continua à redução do volume total de perdas associadas às atividades comercial e de distribuição de água;
- Continuação da substituição da frota por veículos mais adequados;
- Racionalização de circuitos e de pontos de recolha para redução do volume de consumos de combustíveis;
- Aumento da quantidade de resíduos recolhidos seletivamente, trabalhando em conjunto com a RESIESTRELA, na intensificação da nossa rede de Ecopontos bem como realização de campanhas de sensibilização para efeito.
- Manutenção/aumento do nível de serviço no sector do saneamento;
- Manutenção/aumento do nível de serviço no sector de parques e jardins;
- Execução do Plano de Formação;
- Continuação da renovação do parque informático;
- Incremento da polivalência nos quadros da empresa.
- Realização de estudos e projetos a candidatar ao POSEUR por forma a re-infraestruturar diversas freguesias do nosso Concelho do ponto de vista do abastecimento de água e da drenagem e águas residuais.



VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todas as entidades que deram o seu apoio e aos que prestaram colaboração na atividade desenvolvida, nomeadamente:

- Ao Executivo Camarário e ao Acionista Privado pela colaboração prestada;
- Aos Presidentes das Juntas de Freguesia pela ajuda na intermediação com as populações;
- Ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral e respetivo Secretário;
- Ao Fiscal Único pelo sentido de exigência e pela sua prontidão;
- A todos os funcionários e colaboradores da empresa, que com o seu zelo, dedicação e competência possibilitaram a concretização dos objetivos definidos;
- A todos os cidadãos e consumidores em geral, pela confiança relativa à fiabilidade dos serviços prestados e pela compreensão perante eventuais avarias e perante o esforço de consolidação da empresa.

VIII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração da ADC, EM propõe que os Resultados Líquidos do Exercício no montante de 1.042.938,31 euros sejam transferidos para Resultados Transitados.

Covilhã, 30 de Janeiro de 2015

O Conselho de Administração,

Carlos do Carmo Martins (Presidente do Conselho de Administração)

João Carlos Izidoro Marques (Administrador Executivo)

José Miguel Ribeiro Oliveira (Administrador Executivo)



IX – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

(alínea s) do número 3 do artigo 11º dos Estatutos da Empresa)

- Balanço
- Demonstração dos resultados
- Demonstração das alterações no capital próprio
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Execução anual do plano plurianual de investimentos
- Anexo

X – CERTIFICAÇÃO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

- Certificação legal das contas
- Relatório e parecer do Fiscal Único



BALANÇO
31 de Dezembro de 2014

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Investimentos Financeiros.....		1.463,71	
Activos fixos tangíveis.....	3.2, 6	19.257.835,51	19.942.895,77
Activos intangíveis.....	3.3, 7	19.640,93	23.573,14
		19.278.940,15	19.966.468,91
Activo corrente:			
Inventários.....	3.5, 10	256.010,54	250.326,60
Clientes.....	11	944.218,36	931.216,53
Adiantamentos a fornecedores.....	16	72.349,74	72.349,74
Estado e outros entes públicos.....	17	83.683,79	32.654,47
Outras contas a receber.....	9	6.401.942,97	5.671.773,25
Diferimentos.....	12	60.969,59	81.071,46
Caixa e depósitos bancários.....	4	2.575.865,96	1.419.726,12
		10.395.040,95	8.459.118,17
Total do Activo		29.673.981,10	28.425.587,08
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital realizado.....	13, 25	9.000.000,00	9.000.000,00
Outras reservas.....		1.172.141,82	1.172.141,82
Resultados transitados.....	13	-1.698.319,80	-2.496.210,54
Outras variações no capital próprio.....	27	485.420,87	500.435,27
		8.959.242,89	8.176.366,55
Resultado líquido do período.....		1.042.938,31	797.890,74
		10.002.181,20	8.974.257,29
Total do capital próprio		10.002.181,20	8.974.257,29
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões.....	3.10, 14	19.382,93	33.963,57
Financiamentos obtidos.....	15	5.183.896,85	6.039.675,70
Outras contas a pagar.....	16	5.149.057,87	5.803.057,87
		10.352.337,65	11.876.697,14
Passivo corrente:			
Fornecedores.....	15	4.683.341,54	3.209.221,28
Estado e outros entes públicos.....	17	254.112,62	230.956,63
Financiamentos obtidos.....	15	974.893,14	860.324,30
Outras contas a pagar.....	16, 28	3.407.114,95	3.274.130,44
		9.319.462,25	7.574.632,65
Total do passivo		19.671.799,90	19.451.329,79
Total do Capital Próprio e do Passivo		29.673.981,10	28.425.587,08



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31 de Dezembro de 2014

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		2014	2013
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	3.7, 18	10.829.895,86	10.874.261,88
Subsídios à exploração.....	25	756.419,00	643.349,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	10	-518.707,32	-648.178,86
Fornecimentos e serviços externos.....	19	-6.440.618,83	-6.692.233,36
Gastos com o pessoal.....	20	-2.293.929,91	-2.119.596,33
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....	10	283,01	3.638,37
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	11	3.365,53	-57.778,35
Provisões (aumentos/reduções).....	14	14.580,64	18.961,18
Outros rendimentos e ganhos.....	22	125.449,58	176.123,57
Outros gastos e perdas.....	23	-42.286,29	-53.519,12
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.434.451,27	2.145.028,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	21	-858.909,00	-907.937,45
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.575.542,27	1.237.090,57
Juros e rendimentos similares obtidos.....	24	29.342,34	51.848,36
Juros e gastos similares suportados.....	24	-463.871,72	-408.780,17
Resultado antes de impostos		1.141.012,89	880.158,76
Imposto sobre o rendimento do período.....	3.9, 8	-98.074,58	-82.268,02
Resultado líquido do período		1.042.938,31	797.890,74

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2014

Montantes expressos em EUROS (sem decimais)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	9.000.000		1.172.142	-2.496.211	500.435	797.891	8.974.257		8.974.257
Alterações do período:										
Outras alterações reconhecidas no CP					797.891	-5.014	-797.891	-15.014		-5.014
	2				797.891	-5.014	-797.891	-15.014		-5.014
Resultado líquido do período	3						1.042.938	1.042.938		1.042.938
Resultado integral	4=2+3						245.048	1.027.924		1.027.924
Operações com detentores de CP:										
	5									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	6=1+2+3+5	9.000.000		1.172.142	-1.698.320	485.421	1.042.938	10.002.181		10.002.181

Legenda:

AFT = Activo Fixo Tangível
 AI = Activo Intangível
 CP = Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2013

Montantes expressos em EUROS (sem decimais)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	1	9.000.000		1.172.142	-2.612.891	515.450	841.572	8.916.273		8.916.273
Alterações do período:										
Outras alterações reconhecidas no CP					116.680	-5.014	-841.572	-739.906		-739.906
	2				116.680	-5.014	-841.572	-739.906		-739.906
Resultado líquido do período	3						797.891	797.891		797.891
Resultado integral	4=2+3						-43.681	57.984		57.984
Operações com detentores de CP:										
	5									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	6=1+2+3+5	9.000.000		1.172.142	-2.496.211	500.435	797.891	8.974.257		8.974.257

Legenda:

AFT = Activo Fixo Tangível
 AI = Activo Intangível
 CP = Capital Próprio



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31 de Dezembro de 2014

(Método Directo)

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Actividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes		11.531.145,90	11.962.194,34
Pagamentos a Fornecedores		-6.244.093,57	-12.358.863,50
Pagamentos ao Pessoal		-2.161.271,92	-2.050.960,27
Caixa gerada pelas operações		3.125.780,41	-2.447.629,43
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-25.993,48	-110.579,38
Outros recebimentos/pagamentos		1.405,35	-208.842,40
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		3.101.192,28	-2.767.051,21
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis		-798.086,03	-835.486,30
Activos intangíveis		-5.630,94	-98,40
Recebimentos provenientes de :			
Juros e rendimentos similares		4.452,63	15.918,50
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-799.264,34	-819.666,20
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos			4.900.000,00
Outras operações de financiamento			569.620,00
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		-741.210,01	-2.000.000,00
Juros e gastos similares		-404.578,09	-368.937,94
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-1.145.788,10	3.100.682,06
Varição de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		1.156.139,84	-486.035,35
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.419.726,12	1.905.761,47
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.575.865,96	1.419.726,12
Varição de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		1.156.139,84	-486.035,35

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração


EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

31 de Dezembro de 2014

Montantes expressos em EURO

INVESTIMENTOS	EXECUÇÃO ANUAL			
	Previsto	Realizado	Desvios	Execução Financeira %
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
CONDUTAS	215.000,00	13.003,25	201.996,75	6%
Abastecimento de água - Redes	100.000,00		100.000,00	0%
Águas Residuais - Redes	10.000,00		10.000,00	0%
Águas Residuais - Remodelação/Substituição Redes	105.000,00	13.003,25	91.996,75	12%
CONSTRUÇÃO CIVIL	211.750,00	10.802,42	200.947,58	5%
Reservatórios	156.750,00	2.180,00	154.570,00	1%
Estações Elev. Saneamento	15.000,00		15.000,00	0%
ETARs	40.000,00		40.000,00	0%
Viveiro Municipal (Remodelação Instalações)		8.622,42	-8.622,42	
EQUIPAMENTOS	167.500,00	34.257,95	133.242,05	20%
Reservatórios	17.500,00		17.500,00	0%
Contadores	89.000,00	25.701,90	63.298,10	29%
Telegestão	4.000,00	4.255,23	-255,23	106%
SIG + Software (inclui MAC)	50.000,00		50.000,00	0%
Equipamentos RSUs	4.000,00	4.000,00	0,00	100%
Outros equipamentos	3.000,00	300,82	2.699,18	10%
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS - OUTROS	140.500,00	110.562,10	29.937,90	79%
Equipamento de transporte / Outro	105.000,00	84.171,30	20.828,70	80%
Equipamento Informático	2.000,00	10.563,11	-8.563,11	528%
Outros diversos	33.500,00	15.827,69	17.672,31	47%
ACTIVOS INTANGÍVEIS				
ACTIVOS INTANGÍVEIS - OUTROS	0,00	2.628,90	-2.628,90	
Programas de computador		2.628,90	-2.628,90	
Total dos Investimentos	734.750,00	171.254,62	563.495,38	23%

Sector de Actividade	Previsto	Realizado	Desvios	Execução Financeira %
Total do Sector da Água	367.250,00	32.137,13	335.112,87	9%
Total do Sector do Saneamento	170.000,00	13.003,25	156.996,75	8%
Total do Sector dos Resíduos Sólidos	4.000,00	4.000,00	0,00	100%
Total do Sector dos Parques e Jardins	0,00	8.622,42	-8.622,42	
Total dos Diversos	193.500,00	113.491,82	80.008,18	59%
Total Geral	734.750,00	171.254,62	563.495,38	23%

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



SECTOR DA ÁGUA

No sector da água, a taxa de execução no ano de 2014, foi de 9%, devendo-se essencialmente ao investimento em contadores de água e equipamento de telegestão, representando respetivamente, 29% e 106% dos valores orçamentados, mostrando o empenho da administração da empresa, na continuidade da renovação destes equipamentos no concelho, com o objetivo de adaptar as contagens à realidade de faturação.

SECTOR DO SANEAMENTO

No sector do saneamento, verificou-se uma taxa de execução de 8%, derivada do investimento efetuado na remodelação da rede, mais concretamente, na rede das Minas da Panasqueira.

SECTOR DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

No sector dos resíduos sólidos, verificou-se uma taxa de execução de 100%, derivada do investimento efetuado em equipamentos de RSU's, de forma a melhorar a recolha destes resíduos na cidade da Covilhã.

SECTOR DOS PARQUES E JARDINS

As instalações de apoio do Viveiro Municipal, do setor dos parques e jardins, não reunia as condições de utilização necessárias ao respetivo setor, pelo que houve necessidade de se proceder à realização de obras de beneficiação. Esta intervenção permitiu a reorganização do espaço, com a deslocação do veterinário para junto do canil, pondo termo a um problema gerado com a mudança de instalações em 2012. Esta intervenção, foi uma decisão da administração, não estando inicialmente prevista no PPI.

DIVERSOS INVESTIMENTOS

Nos outros investimentos, os maiores destaques vão para a aquisição de viaturas, máquinas e equipamentos, para os vários setores de atividade e para a renovação dos meios informáticos (computadores e softwares), para a área administrativa e operativa, visando uma maior eficácia e eficiência nos procedimentos operacionais.

Globalmente, verificou-se uma taxa de execução de 23%, no presente exercício, evidenciando o esforço e empenho da administração, apesar das condicionantes económicas que se fizeram sentir no país, na melhoria gradual das prestações de serviços e conseqüente bem-estar geral da população do concelho da Covilhã.



Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Nota introdutória e Identificação da Entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas
4. Fluxos de caixa
5. Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros
6. Ativos fixos tangíveis
7. Ativos intangíveis
8. Impostos sobre o rendimento
9. Outros ativos não correntes
10. Inventários
11. Ativos financeiros
12. Diferimentos ativos
13. Instrumentos de capital próprio
14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
15. Passivos financeiros
16. Adiantamentos de clientes, a fornecedores e outras contas a pagar
17. Estado e outros entes públicos
18. Rédito
19. Fornecimentos e serviços externos
20. Gastos com o pessoal
21. Amortizações e Depreciações
22. Outros rendimentos e ganhos
23. Outros gastos e perdas
24. Juros e outros gastos e rendimentos similares
25. Partes relacionadas
26. Divulgações exigidas por diplomas legais
27. Subsídios do governo e apoios do governo
28. Garantias
29. Aprovação das demonstrações financeiras



ANEXO
às Demonstrações Financeiras
em
31 de Dezembro de 2014
(Montantes expressos em Euros)



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A ADC – Águas da Covilhã, E.M., é uma empresa pública municipal, constituída em 1 de Abril de 2006, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto (Lei das Empresas Municipais), com o número único 507.611.977 de pessoa coletiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial da Covilhã, com sede na Rua Ruy Faleiro, n.º 111, Apartado 38, 6201-999 Covilhã, que, por delegação do Município da Covilhã, faz a gestão e exploração dos serviços municipais do ambiente e que tem como atividade principal a Distribuição de Água (CAE 36002).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 30 de Janeiro de 2015. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, ADC – Águas da Covilhã, E.M., bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou outras situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.



3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, e atendendo aos pressupostos constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo ajustado, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, ou também designado método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens foram objeto de depreciação às taxas mínimas permitidas, agora pelo DR 25/2009 de 14 de Setembro, em substituição do anterior DR 12/1990 de 12 de Janeiro, conforme deliberação do Conselho de Administração de 27 de Dezembro de 2006, o que se traduz nas seguintes vidas úteis médias:



Vida Útil	
SNC	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	6 - 50
Equipamento de transporte	8 - 16
Equipamento administrativo	6 - 16
Outros activos tangíveis	6 - 20

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são constituídos por direitos de passagem e licenças, as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes. Não é considerada qualquer quantia residual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:



Vida Útil	
SNC	Anos
Programas de computador	12

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou menor sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.



A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5 Inventários

Os inventários (mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo) encontram-se registados ao menor de entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.



O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outros depósitos bancários vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo ou ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado.

(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.



Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.



O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa a receber o correspondente montante.

3.8 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.



3.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

3.10 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.12 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.13 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão



origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui-se o numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 detalha-se conforme se segue:

Fluxos de Caixa			
SNC		2014	2013
I1/I2	Numerário	3.455,73	3.514,56
	Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.572.410,23	879.030,32
	Outros depósitos bancários	-	537.181,24
	Total	2.575.865,96 €	1.419.726,12 €



5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Adoção inicial de novas normas ou de normas revistas

As seguintes normas e interpretações novas ou revistas, foram adotadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, tendo afetado os montantes relatados nas respetivas demonstrações financeiras.

Alteração em estimativas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2013.

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:



Activos Fixos Tangíveis		
SNC	2014	2013
43		
Terrenos e Recursos Naturais		
Saldo inicial	146.555,00	225.930,00
Alienações	-	-79.375,00
Saldo final	146.555,00 €	146.555,00 €
Edifícios e outras construções		
Saldo inicial	24.669.924,94	25.060.989,74
Alienações	-	-391.064,80
Transferências	23.805,67	-
Saldo final	24.693.730,61 €	24.669.924,94 €
Equipamento básico		
Saldo inicial	2.120.571,17	2.349.319,39
Aquisições	34.257,95	37.730,79
Alienações	-	-208.357,41
Abates	-61.623,71	-58.121,60
Saldo final	2.093.205,41 €	2.120.571,17 €
Equipamento de transporte		
Saldo inicial	1.208.956,79	1.219.680,94
Aquisições	84.171,30	-
Abates	-	-10.724,15
Saldo final	1.293.128,09 €	1.208.956,79 €
Equipamento administrativo		
Saldo inicial	336.307,17	334.964,46
Aquisições	11.110,66	1.624,88
Abates	-	-282,17
Saldo final	347.417,83 €	336.307,17 €
Outros activos tangíveis		
Saldo inicial	142.562,32	152.380,45
Aquisições	15.280,14	732,20
Alienações	-	-11.907,30
Abates	-	1.356,97
Saldo final	157.842,46 €	142.562,32 €
Activos fixos tangíveis em curso		
Aquisições	23.805,67	-
Transferências	-23.805,67	-
Saldo final	- €	- €
Total	28.731.879,40 €	28.624.877,39 €



Depreciações acumuladas e perdas por imparidade

SNC	2014	2013
438 Edifícios e outras construções		
Saldo inicial	5.382.834,46	4.675.215,74
Depreciações do exercício	752.017,52	764.792,68
Alienações	0,00	-57.173,96
Saldo final	6.134.851,98 €	5.382.834,46 €
Equipamento básico		
Saldo inicial	1.713.650,05	1.767.648,69
Depreciações do exercício	66.061,42	107.660,25
Alienações	0,00	-112.790,36
Abates	-60.285,62	-48.868,53
Saldo final	1.719.425,85 €	1.713.650,05 €
Equipamento de transporte		
Saldo inicial	1.132.777,45	1.121.153,85
Depreciações do exercício	23.351,35	22.347,75
Abates	0,00	-10.724,15
Saldo final	1.156.128,80 €	1.132.777,45 €
Equipamento administrativo		
Saldo inicial	318.861,50	310.760,58
Depreciações do exercício	7.830,67	8.383,09
Abates	0,00	-282,17
Saldo final	326.692,17 €	318.861,50 €
Outros activos tangíveis		
Saldo inicial	133.858,16	131.844,13
Depreciações do exercício	3.086,94	4.193,75
Abates	0,00	-2.179,72
Saldo final	136.945,10 €	133.858,16 €
Total	9.474.043,90 €	8.681.981,62 €



Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes ou também designadas de linha reta, sendo calculadas as suas amortizações e depreciações, com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

Vida Útil	
SNC	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	6 - 50
Equipamento de transporte	8 - 16
Equipamento administrativo	6 - 16
Outros activos tangíveis	6 - 20

As depreciações do exercício, foram no montante de 852.348 euros (900.368 euros em 2013).

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Activos Intangíveis		
SNC	2014	2013
443 Programas de computador		
Saldo inicial	156.896,15	156.816,15
Aquisições	2.628,90	80,00
Saldo final	159.525,05 €	156.896,15 €
444 Propriedade industrial		
Saldo inicial	18.704,92	20.207,92
Abates	-	-1.503,00
Saldo final	18.704,92 €	18.704,92 €
Total	178.229,97 €	175.601,07 €



Amortizações acumuladas e perdas por imparidade

SNC		2014	2013
4484	Programas de computador		
	Saldo inicial	133.323,01	125.774,29
	Amortizações do exercício	6.561,11	7.548,72
	Saldo final	139.884,12 €	133.323,01 €
4483	Propriedade industrial		
	Saldo inicial	18.704,92	20.187,01
	Amortizações do exercício	-	20,91
	Abates	-	-1.503,00
	Saldo final	18.704,92 €	18.704,92 €
	Total	158.589,04 €	152.027,93 €

As depreciações do exercício, relativas aos ativos intangíveis, foram no montante de 6.561 euros (7.570 euros em 2013).

Os ativos intangíveis com vida útil finita, apresentam para o cálculo das respetivas amortizações e depreciações, as seguintes vidas úteis estimadas:

Vida Útil	
SNC	Anos
Programas de computador	12



8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

De acordo com o OE/2012, foi abolido o regime da interioridade, passando a taxa de IRC de 15 para 25%, nos anos de 2012 e 2013.

Em 2014, é reduzida a taxa do IRC para 23%, de acordo com o estipulado no art.º 87.º da Reforma do IRC – Decreto n.º 195/XII, alterando desta forma, o Código do IRC aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88 de 30 de Novembro.

De igual modo, a dedução dos prejuízos fiscais de exercícios anteriores, que estava limitada a 75%, em 2013, do valor da coleta apurada, passou para 70% em 2014, de acordo com o n.º 2 do artigo 52.º da reforma do IRC referida anteriormente. Esta situação teve impacto no cálculo do imposto, no ano anterior de 2013 e neste exercício de 2014.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013.

Em 31 de Dezembro de 2014, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a cerca de 3.494.350 euros.

Devido à incerteza de utilização dos prejuízos fiscais e face aos limitados prazos de utilização destes prejuízos, entendeu a Administração, de acordo com a NCRF 25, não efetuar o seu reconhecimento.



9. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica “Outras contas a receber” apresentava a seguinte composição:

Outras Contas a Receber			
SNC	2014	2013	
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos:		
	Juros a receber	84,94	1.482,77
	Acréscimos facturação de água	492.491,07	371.840,86
	Município da Covilhã - Contratos de Gestão	3.690.065,00	2.933.646,04
	Prestação de Contrato	2.145.000,00	2.145.000,00
		6.327.641,01 €	5.451.969,67 €
278	Outros devedores:		
	EDP Portugal, SA	61.030,62	92.469,26
	Outros	20.566,23	133.702,22
	Saldo devedor de fornecedores	571,34	1.498,33
		82.168,19 €	227.669,81 €
	Perdas por imparidade	-7.866,23	-7.866,23
	Total	6.401.942,97 €	5.671.773,25 €



10. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Inventários			
SNC	2014	2013	
33	Matérias-primas		
	Matérias-primas de água	180.634,29	175.073,88
	Matérias-primas de electricidade	13.402,57	15.394,24
	Matérias-primas de saneamento	40.473,71	40.554,54
	Matérias-primas de serralharia	304,59	260,13
	Matérias-primas de parques e jardins	8.912,82	9.202,92
	Matérias-primas de resíduos sólidos	8.541,69	8.313,33
	Matérias subsidiárias		
	Matérias subsidiárias	7.472,81	7.518,70
	Combustíveis e lubrificantes	251,71	596,59
	Materiais diversos		
	Materiais de consumo	18.368,57	14.363,56
	Economato - material de escritório	3.541,85	5.225,79
	Perdas por imparidade acumuladas	-25.894,07	-26.177,08
	Total	256.010,54 €	250.326,60 €

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, que incluem, o preço de compra, impostos não dedutíveis, custos de transporte e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens e materiais, deduzidos dos descontos comerciais, é detalhado conforme se segue:



CMVMC			
SNC		2014	2013
61	CMVMC		
	Mercadorias		
	Saldo inicial	-	-
	Compras	334.407,75	430.341,29
	Regularizações	-	-
	Saldo final	-	-
	Subtotal	334.407,75 €	430.341,29 €
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
	Saldo inicial	276.503,67	289.854,52
	Compras	210.608,22	230.701,26
	Regularizações	-20.907,71	-26.214,54
	Saldo final	-281.904,61	-276.503,67
	Subtotal	184.299,57 €	217.837,57 €
	Total	518.707,32 €	648.178,86 €

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 é detalhada conforme se segue:

Perdas por imparidade			
SNC		2014	2013
339	Saldo inicial	26.177,08	29.815,62
	Aumentos	-	-
	Reversões	-283,01	-3.638,54
	Saldo final	25.894,07	26.177,08

No ano de 2010, com a introdução da NCRF 18 – Inventários, esta norma veio preconizar que os ativos que constituíam a rubrica de inventários deviam ser expressos em Balanço pela quantia mais baixa entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido.

Nessa situação a norma exigia o reconhecimento de um ajustamento (Imparidade) à quantia previamente escriturada.

Em 2014, a empresa manteve o critério do reconhecimento de um ajustamento (imparidade), para os materiais que não têm movimento. Para estes, a empresa considera que não têm qualquer valor de mercado, sendo por isso, o seu valor realizável líquido igual a zero.



11. ACTIVOS FINANCIEROS

Cientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

Clientes e outras contas a receber		
SNC	2014	2013
Clientes		
Clientes conta corrente	944.218,36	931.216,53
Clientes de cobrança duvidosa	610.990,01	614.355,54
Imparidade acumulada	-610.990,01	-614.355,54
Outras contas a receber	6.401.942,97	5.671.773,25
Adiantamentos a fornecedores	72.349,74	72.349,74
Total	7.418.511,07 €	6.675.339,52 €

No decurso do exercício findo em 2014, não foram reconhecidas perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber (57.873 euros em 2013).

12. DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos Activos		
SNC	2014	2013
28 Seguros	5.190,31	10.033,80
Juros de empréstimos	54.657,28	69.689,32
Rendas e alugueres	1.122,00	1.348,34
Total	60.969,59 €	81.071,46 €



13. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2014, o capital da Empresa era de 9.000.000 euros, sendo 51% deste valor pertencente à Entidade Pública Participante ICOVI, EEM. (detida em 100% pelo Município da Covilhã), e os restantes 49% pertencentes à Entidade Privada Participante AGS-Hidurbe, SA.

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, as outras reservas apresentavam o montante de 1.172.142 euros, resultantes da reserva criada aquando da cisão simples, da ADC – Águas da Covilhã, EM para a ICOVI, EEM.

14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 é detalhada conforme se segue:

Provisões			
SNC	2014	2013	
29	Processos judiciais em curso:		
	Saldo inicial	10.452,96	200.727,55
	Aumentos	-	-
	Reversões	-	-190.274,59
	Saldo final	10.452,96 €	10.452,96 €
	Outras provisões:		
	Saldo inicial	23.510,61	42.471,79
	Aumentos	-	5.798,82
	Reversões	-14.580,64	-24.760,00
	Saldo final	8.929,97 €	23.510,61 €
	Total	19.382,93 €	33.963,57 €

O montante de provisões criado no exercício de 2011, reforçado durante os anos de 2012 e 2013, foi reduzido em 2014, refletindo a estimativa de prováveis exfluxos que incorporem benefícios económicos, relativos a processos judiciais e outros, entre a empresa e clientes.



15. PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 as rubricas de “Fornecedores” apresentavam a seguinte composição:

Fornecedores			
SNC		2014	2013
221	Fornecedores c/c	4.682.783,45	3.204.425,43
225	Fornecedores com faturas em conferência	558,09	4.795,85
Total		4.683.341,54 €	3.209.221,28 €

Financiamentos obtidos

O saldo dos financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, são detalhados conforme se segue:

Financiamentos obtidos			
SNC		2014	2013
251	Instituições financeiras:		
	Empréstimos bancários a M/L prazo		
	Corrente	974.893,14	860.324,30
	Não Corrente	3.183.896,85	4.039.675,70
		4.158.789,99 €	4.900.000,00 €
	Outras entidades:		
	AGS Hidurbe - Serviços Ambientais, SA	2.000.000,00	2.000.000,00
		2.000.000,00 €	2.000.000,00 €
Total		6.158.789,99 €	6.900.000,00 €

**16. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, A FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR**

A rubrica “Outras contas a pagar” apresentava em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, os seguintes valores:

Outras Contas a Pagar			
SNC	2014	2013	
2722	Credores por acréscimos de gastos:		
	Subsídio de Férias e Natal (Pessoal)	160.020,00	161.020,00
	Esimativa de Férias e Subsídio de Férias	292.901,18	248.152,39
	Juros a liquidar	72.624,61	77.993,43
	Rendas e alugueres	810,00	2.952,81
	Assistência técnica de gestão	2.145.000,00	2.010.069,07
	Outros	20.857,49	42.692,73
		2.692.213,28 €	2.542.880,43 €
	Outras contas a pagar:		
2715	BPI Factoring		
	Corrente	654.000,00	654.000,00
	Não Corrente	5.149.057,87	5.803.057,87
2715	BES Factoring		
	Corrente	-	23.400,37
213	Saldos credores de clientes	-	941,79
2711/278	Outros credores	60.330,33	52.907,85
		5.863.388,20 €	6.534.307,88 €
	Total	8.555.601,48 €	9.077.188,31 €

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

À data do relato, não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos, e em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

Estado e Outros Entes Públicos			
SNC	2014	2013	
24	Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas:		
	Imposto a recuperar/pagar	-42.611,08	25.124,87
	Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-28.062,99	-16.017,01
	Imposto sobre o valor acrescentado	81.062,95	-10.454,66
	Contribuições para a Segurança Social	-42.486,12	-37.800,21
	Outros Impostos	-138.331,59	-159.155,15
	Total	-170.428,83 €	-198.302,16 €



18. RÉDITO

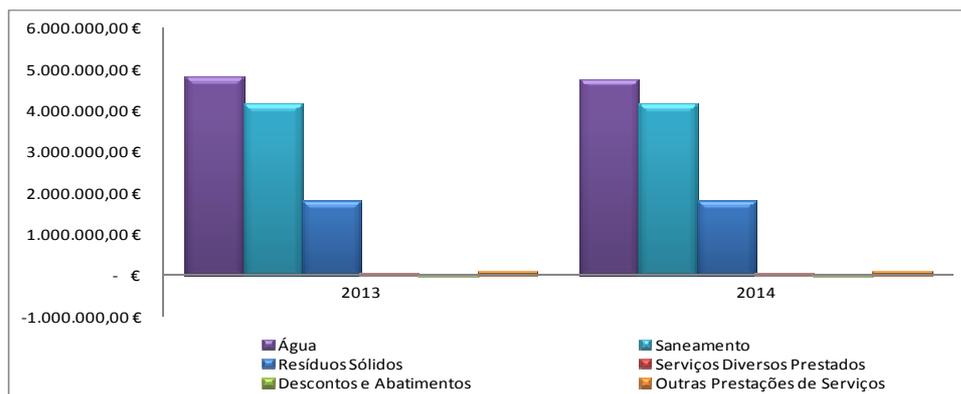
A gestão e operacionalidade da ADC – Águas da Covilhã, E.M., está estruturada em três áreas de negócio, designadamente, Água, Saneamento e Resíduos Sólidos, obtendo ainda esta empresa, réditos relacionados com outras prestações de serviços não especificadas.

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, o rédito reconhecido pela Empresa, é detalhado conforme se segue:

Vendas e Prestações de Serviços				
SNC		2014	2013	Variação %
71	Vendas:			
	Água	2.399.943,90	2.491.211,56	-3,66%
	Descontos e Abatimentos	-5.364,27	-5.161,11	3,94%
72	Prestações de Serviços			
	Água	2.351.558,64	2.316.656,07	1,51%
	Saneamento	4.165.408,25	4.166.980,33	-0,04%
	Resíduos Sólidos	1.815.147,39	1.798.579,22	0,92%
	Serviços Diversos Prestados	4.871,55	6.770,80	-28,05%
	Descontos e Abatimentos	-17.411,34	-17.511,07	-0,57%
	Outras Prestações de Serviços	115.741,74	116.736,08	-0,85%
	Total	10.829.895,86 €	10.874.261,88 €	

Vendas e Prestações de Serviços por setor de atividade				
SNC		2014	2013	Variação %
71/72	Vendas e Prestações de Serviços:			
	Água	4.751.502,54	4.807.867,63	-1,17%
	Saneamento	4.165.408,25	4.166.980,33	-0,04%
	Resíduos Sólidos	1.815.147,39	1.798.579,22	0,92%
	Serviços Diversos Prestados	4.871,55	6.770,80	-28,05%
	Descontos e Abatimentos	-22.775,61	-22.672,18	0,46%
	Outras Prestações de Serviços	115.741,74	116.736,08	-0,85%
	Total	10.829.895,86 €	10.874.261,88 €	

A análise gráfica abaixo demonstra a evolução das vendas e prestações de serviços nos anos 2014 e 2013:



**19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e Serviços Externos					
SNC		2014	2013	Variação %	Variação Absoluta
621	Subcontratos	4.569.174,64	4.805.832,81	-4,92%	-236.658,17
6221	Trabalhos Especializados	725.366,39	721.655,70	0,51%	3.710,69
6222	Publicidade e Propaganda	1.975,29	1.244,21	58,76%	731,08
6224	Honorários	16.493,89	9.940,20	65,93%	6.553,69
6225	Comissões	87.368,32	88.391,93	-1,16%	-1.023,61
6226	Conservação e Reparação	134.796,90	139.808,24	-3,58%	-5.011,34
6228	Outros	6.331,11	6.734,15	-5,99%	-403,04
6231	Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	10.101,62	16.002,89	-36,88%	-5.901,27
6232	Livros e Documentação Técnica	617,08	1.231,56	-49,89%	-614,48
6233	Material de Escritório	6.782,07	7.574,49	-10,46%	-792,42
6238	Outros	50,00	-	-	50,00
6241	Electricidade	182.770,04	186.640,29	-2,07%	-3.870,25
6242	Combustíveis	129.186,62	149.717,29	-13,71%	-20.530,67
6248	Outros	4.034,57	6.277,31	-35,73%	-2.242,74
6251	Deslocações e Estadas	3.747,37	5.587,03	-32,93%	-1.839,66
6253	Transportes de Mercadorias	821,87	1.072,66	-23,38%	-250,79
6261	Rendas e Aluguers	468.008,63	442.314,56	5,81%	25.694,07
6262	Comunicação	18.519,99	19.158,70	-3,33%	-638,71
6263	Seguros	31.452,00	28.073,41	12,03%	3.378,59
6265	Contencioso e Notariado	5.187,94	9.908,80	-47,64%	-4.720,86
6267	Limpeza, Higiene e Conforto	31.379,70	35.839,46	-12,44%	-4.459,76
6268	Outros Serviços	6.452,79	9.227,67	-30,07%	-2.774,88
	Total	6.440.618,83 €	6.692.233,36 €	-3,76%	-251.614,53 €



20. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, é detalhada conforme se segue:

Gastos com o Pessoal		
SNC	2014	2013
63 Remunerações dos órgãos sociais	113.271,93	118.707,04
Remunerações do pessoal	1.606.102,85	1.563.702,44
Benefícios pós-emprego	31.871,65	14.936,77
Encargos sobre remunerações	416.202,03	308.073,06
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	16.852,45	16.660,44
Custos de acção social	94.448,13	79.575,65
Outros gastos com o pessoal	15.180,87	17.940,93
Total	2.293.929,91 €	2.119.596,33 €

O número de colaboradores da empresa à data de 31 de Dezembro de 2014 era de 121. O Conselho de Administração era composto por 3 administradores, dos quais 2 executivos.

Em 2013, existiam 116 colaboradores e o Conselho de Administração era composto por 3 administradores, dos quais 2 executivos.

N.º Médio de Colaboradores		
SNC	2014	2013
Membros do Conselho de Administração	3	3
N.º médio de colaboradores	118	116
N.º de colaboradores no fim do período	118	116

N.º Médio Pessoas / Horas Trabalhadas		
SNC	2014	2013
Pessoal ao serviço da empresa:		
N.º médio de pessoas remuneradas ao serviço da empresa	120	116
N.º horas trabalhadas	3.925	3.843
Pessoal ao serviço da empresa por tipo horário:		
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	120	116
Pessoal ao serviço da empresa por sexo:		
Homens	107	104
Mulheres	13	12



21. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 é conforme se segue:

Depreciações e Amortizações			
SNC			
	2014	2013	
64	Activos fixos tangíveis	852.347,89	900.367,82
	Activos Intangíveis	6.561,11	7.569,63
	Total	858.909,00 €	907.937,45 €

22. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 é conforme se segue:

Outros Rendimentos e Ganhos			
SNC			
	2014	2013	
78	Rendimentos suplementares:		
	Recuperação de custos (ICOVI, EEM)	23.017,63	22.939,92
	Recuperação de custos (Resiestrela, SA)	42.033,15	-
	Prestação de contrato	-	108.863,66
	Venda de artigos de resíduos sólidos	200,00	15.482,20
	Ganhos em inventários	6.421,93	591,58
	Alienações de bens	32,79	-
	Outros rendimentos suplementares	53.744,08	28.246,21
	Total	125.449,58 €	176.123,57 €

23. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 é conforme se segue:



Outros Gastos e Perdas

SNC		2014	2013
68	Impostos	18.318,90	11.101,46
	Alienações de contadores	962,68	5.746,15
	Outros gastos e perdas	23.004,71	36.671,51
	Total	42.286,29 €	53.519,12 €

24. JUROS E OUTROS GASTOS E RENDIMENTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, são detalhados conforme se segue:

Juros suportados e outros

SNC		2014	2013
69	Factoring	163.190,01	182.019,48
	Empréstimo AGS	46.939,98	46.549,98
	Empréstimo BES	-	45.054,94
	Empréstimo Santander	94.028,71	41.427,60
	Empréstimo Millennium BCP	140.761,99	36.909,74
	De mora	186,99	51.347,75
	Outros	18.764,04	5.470,68
	Total	463.871,72 €	408.780,17 €

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, são detalhados conforme se segue:

Juros obtidos

SNC		2014	2013
79	De depósitos	4.539,08	21.430,64
	De mora (Facturação da água)	24.803,26	30.417,72
	Total	29.342,34 €	51.848,36 €



25. PARTES RELACIONADAS

O capital da Empresa no valor de 9.000.000 euros, é detido em 51% pela Empresa Municipal “ICOVI, EEM.” (detida em 100% pelo Município da Covilhã) com sede no Tortosendo - Covilhã, e em 49% pela empresa “AGS – Hidurbe, SA” com sede no Linhó – Sintra.

Accionistas		
SNC	Percentagem de Capital	2014
ICOVI, EEM./Município da Covilhã	51,00%	4.590.000,00
AGS-Hidurbe, SA	49,00%	4.410.000,00
Total	100,00%	9.000.000,00 €

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro 2013, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:



Partes relacionadas

SNC	2014	2013
ICOVI, EEM		
Vendas e/ou prestações de serviços	2.626,98	262,26
Outros Rendimentos e Ganhos	28.001,81	22.939,92
Compras e Aquisições de Serviços	781.831,68	853.627,09
AGS-Hidurbe, S.A.		
Outros Rendimentos e Ganhos	3.987,34	-
Compras e Aquisições de Serviços	438.364,00	493.031,04
Juros de Suprimentos	46.939,99	46.649,98
Município da Covilhã		
Vendas e/ou prestações de serviços	262.856,52	308.190,64
Compras e Aquisições de Serviços	85.549,36	-
AdS - Águas da Serra, S.A.		
Vendas e/ou prestações de serviços	-	10.012,05
Outros Rendimentos e Ganhos	-	108.863,66
Compras e Aquisições de Serviços	3.198.920,28	3.140.706,72
AGS - Ad. Gestão Salub., S.A.		
Outros Rendimentos e Ganhos	571,34	-
Compras e Aquisições de Serviços	300,00	4.800,00

SNC	2014	2013
ICOVI, EEM		
Outras Contas a Receber	7.054,02	14.108,04
Outras Contas a Pagar	320.273,49	512.634,98
Financiamentos obtidos		
AGS-Hidurbe, S.A.		
Outras Contas a Pagar	2.756.528,38	2.235.513,19
Financiamentos obtidos	2.000.000,00	2.000.000,00
Município da Covilhã		
Outras Contas a Receber	3.076.768,82	2.432.921,71
Subsídios à Exploração	756.419,00	643.349,04
AdS - Águas da Serra, S.A.		
Outras Contas a Receber	2.145.000,00	2.217.274,82
Outras Contas a Pagar	2.936.009,27	1.664.574,54



26. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 2014, pelo Revisor Oficial de Contas, relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 10.290 euros.

Dívidas em mora à Segurança Social

Declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social, dando-se assim cumprimento, ao estipulado no artigo 21.º de Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de Outubro.

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Não se verificaram nenhuma das situações contempladas nesta disposição legal.

27. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios atribuídos pelo governo são reconhecidos de acordo com os montantes financeiros recebidos. Assim os subsídios ao investimento, são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional à depreciação dos ativos fixos subsidiados, conforme descrito abaixo:

Subsídios			
SNC	2014	Imputação Subsídio para Investimentos	2013
593 Subsídios relacionados com activos:			
POA - Programa Operacional do Ambiente	485.420,87	-15.014,40	500.435,27
Total	485.420,87 €	-15.014,40 €	500.435,27 €

28. GARANTIAS

A empresa tem à sua guarda valores prestados por fornecedores (empregados), que se encontravam devidamente evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

Garantias	
SNC	2014
2785 Garantias retidas a fornecedores por boa execução de empreitadas	33.634,83
Total	33.634,83 €



29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 30 de Janeiro de 2015.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



Exercício 2014

Nº Contribuinte 507611977

Período Dezembro

Tipo de Saldo Saldo das Somas

ÁGUAS DA COVILHÃ, E.M.

Conta	Descrição	Acumulado		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito
11	CAIXA	885.917,30	882.461,57	3.455,73	
12	DEPÓSITOS À ORDEM	13.149.556,75	10.577.146,52	2.572.410,23	
13	OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS	537.181,24	537.181,24		
21	CLIENTES	13.828.140,07	12.883.921,71	944.218,36	
22	FORNECEDORES	7.045.287,05	11.656.278,85		4.610.991,80
23	PESSOAL	1.326.833,92	1.326.833,92		
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	3.060.930,71	3.231.359,54		170.428,83
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	741.210,01	6.900.000,00		6.158.789,99
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	18.235.100,76	20.389.330,61		2.154.229,85
28	DIFERIMENTOS	138.074,73	77.105,14	60.969,59	
29	PROVISÕES	14.580,64	33.963,57		19.382,93
31	COMPRAS	212.053,92	212.053,92		
33	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	622.418,36	366.407,82	256.010,54	
38	RECL. E REG. DE INVENTÁRIOS E ACTIVOS BIOLÓGICOS	26.232,62	26.232,62		
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	1.463,71		1.463,71	
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	28.854.054,09	9.596.218,59	19.257.835,50	
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	178.229,97	158.589,04	19.640,93	
45	INVESTIMENTOS EM CURSO	37.589,13	37.589,12	,01	
51	CAPITAL		9.000.000,00		9.000.000,00
55	RESERVAS		1.172.141,82		1.172.141,82
56	RESULTADOS TRANSITADOS	4.086.098,15	2.387.778,35	1.698.319,80	
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	15.014,40	500.435,27		485.420,87
61	CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MAT. CONSUMIDAS	601.637,84	82.930,52	518.707,32	
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	7.892.157,81	1.451.538,98	6.440.618,83	
63	GASTOS COM O PESSOAL	2.630.395,68	336.465,77	2.293.929,91	
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	858.909,00		858.909,00	
65	PERDAS POR IMPARIDADE	90.900,77	90.900,77		
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	135.715,73	93.429,44	42.286,29	
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	749.469,45	285.597,73	463.871,72	
71	VENDAS	63.499,76	2.458.079,39		2.394.579,63
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	241.283,81	8.676.600,04		8.435.316,23
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO		756.419,00		756.419,00
76	REVERSÕES		18.229,18		18.229,18
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	9.434,80	134.884,38		125.449,58
79	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	6.446,30	35.788,64		29.342,34
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	897.825,53	799.750,95	98.074,58	
Total		107.173.644,01	107.173.644,01	35.530.722,05	35.530.722,05



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **ADC – ÁGUAS DA COVILHÃ, E.M.** as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 29.673.981 euros e um total de capital próprio positivo de 10.002.181 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1.042.938 euros), as Demonstrações de Resultados por naturezas, de Alterações nos Capitais Próprios e a dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizados na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da informação financeira constante dos relatórios de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



CRUZ MARTINS, UNIPESSOAL, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Urbanização Quinta das Rosas, Lote 2, r/c-Esqº

6200-551 COVILHÃ

RESERVA

7. A empresa realizou acordos com sociedades factoring, em que estas substituem a empresa no pagamento de dívidas a fornecedores e fornecedores de investimento, ficando a empresa obrigada a regularizar esta dívida perante o fator, através de pagamentos periódicos e faseados, a qual na nossa opinião configura uma operação de financiamento. Em 31 de Dezembro de 2014 a empresa apresenta o passivo resultante desta operação como outras contas a pagar, ascendendo o montante total a cerca de 5.803 milhares de euros (6.840 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013).

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo nº 7. acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de **ADC – ÁGUAS DA COVILHÃ, E.M.**, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASE

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para as seguintes situações: (i) As indemnizações compensatórias incluídas nos instrumentos previsionais e previstas no acordo parassocial, relativas aos anos de 2010, 2012, 2013 e 2014 no montante de 3.690.065 euros (contabilizadas em acréscimos de proveitos nos anos respetivos) ainda não foram aprovadas pela Assembleia Municipal da Covilhã até à data, o que origina incerteza quanto ao seu recebimento. (ii) Ao longo dos últimos anos foram acrescidos gastos com consultadoria e assessoria que ascendiam em 31-12-2013 e 31-12-2014 ao montante acumulado de 2.145 milhares de euros. Foram contabilizados acréscimos de rendimentos de igual montante atribuídos pelo Município da Covilhã à empresa. Até à data ainda não foi emitida documentação de suporte adequada à regularização daqueles montantes e a mesma está pendente do acordo dos sócios.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Covilhã, 2 de Fevereiro de 2015

CRUZ MARTINS, UNIPESSOAL, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por


João Alberto da Cruz Martins, ROC n.º 735

2/2



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido, vimos apresentar o relatório da nossa actividade e o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas da **ADC – ÁGUAS DA COVILHÃ, E.M.**, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

2. No desempenho das funções de fiscal único acompanhámos a actividade desenvolvida pela empresa, sobretudo através das actas das reuniões do conselho de administração e dos contactos com os respectivos membros, e efectuámos os procedimentos julgados necessários ao exercício das nossas funções, bem como da observância da lei e dos estatutos.

3. Durante o exercício verificámos, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte. Os critérios valorimétricos utilizados na prestação de contas estão em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis e encontram-se adequadamente evidenciados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Analisámos os documentos de prestação de contas preparados em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística bem como o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que os mesmos possibilitam uma adequada compreensão da situação financeira da empresa em 31 de Dezembro de 2014, bem como do modo como se desenrolaram as actividades e se formou o resultado do período acima referido.

5. Elaborámos a certificação legal das contas decorrente do exame efectuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste relatório.



6. Face ao que antecede, e exceto para efeito do mencionado na certificação legal das contas, somos de parecer que:

- a) O Relatório e as contas do exercício de 2014 apresentadas pelo Conselho de Administração devem ser aprovados;
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração deve ser aprovada.

Covilhã, 2 de Fevereiro de 2015

CRUZ MARTINS, UNIPESSOAL, LDA

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por

João Alberto Cruz Martins, ROC nº 735

